



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Administrativo nº 10.015/2026)**

EDITAL

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Buritirana - MA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 023, de 02 de janeiro de 2025, sediada na Av. Senador La Rocque s/n Centro, Buritirana - MA, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 29.04.2026

Horário: 08:00 hs (oito horas) – Horário de Brasília - DF

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada no fornecimento eventual e futuro de medicamentos e materiais de consumo hospitalares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil. (art. 17 do Decreto nº 11.462/2023) (art. 8º, § 2º Decreto Municipal 056/2017)

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Este certame é destinado a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

3.12. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 0 e 0 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *valor unitário e total do item;*

5.1.2. *marca/fabricante*

5.1.3. *Quantidade cotada.*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação

5.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União/Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 0 e 0 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio previsto em lei específica.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (*Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º*):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buritirana.ma.gov.br

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.6. fraudar a licitação

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública municipal.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail prefeitura@buritirana.ma.gov.br

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritirana.ma.gov.br

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III - Modelo de Carta Proposta;

14.11.4. ANEXO IV - Modelo de Ata de Registro de Preços;

Buritirana (MA), 06 de abril de 2026

José Iran Queiroz Madeira
Secretário Municipal de Saúde



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Administrativo nº 10.015/2026)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento eventual e futuro de medicamentos e materiais de consumo hospitalares, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

MEDICAMENTOS HOSPITALARES						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
1	Acido Acetil Salicilico 100 Mg	337678	Cpd	50.000	0,09	4.500,00
2	Acido Tranexamico Inj. 50Mg/5MI	327566	Amp	1000	8,01	8.010,00
3	Adrenalina 1G Inj	435523	Amp	600	1,83	1.098,00
4	Agua P/ Injeção 10MI	315056	Amp	20000	0,48	9.600,00
5	Agua P/ Injeção 5MI	315056	Amp	5000	0,44	2.200,00
6	Albendazol 400 Mg	267506	Cpd	16.000	0,76	12.160,00
7	Albendazol Susp. 10MI	267507	Frc	3.000	2,01	6.030,00
8	Aminofilina 24Mg/MI Inj.	292402	Amp	2000	3,86	7.720,00
9	Amoxicilina 250Mg Susp.	271111	Frs	1200	6,38	7.656,00
10	Amoxicilina 500Mg	271089	Cpd	14.000	0,38	5.320,00
11	Ampicilina 1G Im/Iv	268207	Amp	2400	7,78	18.672,00
12	Ampicilina 500Mg Cps	267515	Cpd	10.000	0,92	9.200,00
13	Atropina 0,25Mg Inj 1MI	268214	Amp	2.000	1,82	3.640,00
14	Azitromicina 500 Mg	267140	Cpd	4000	1,31	5.240,00
15	Azitromicina Susp. 600Mg 15MI	268949	Frc	500	11,78	5.890,00
16	Brometo De Ipratropio Sol. Gts 20MI	268331	Frs	1200	2,74	3.288,00
17	Bromidrato De Fenoterol 20MI Fr	396470	Frs	1200	7,14	8.568,00
18	Bromoprida Inj 5Mg/MI	269956	Amp	3000	1,95	5.850,00
19	Captopril 25Mg	267613	Cpd	16.000	0,07	1.120,00
20	Cefalexina 500 Mg	267625	Cpd	6.000	1,07	6.420,00
21	Cefalexina 250Mg/5MI 60MI	397566	Frc	500	14,67	7.335,00
22	Cefalotina Inj. 1G S/Dil.	460699	Amp	2000	8,23	16.460,00
23	Ceftriaxona 1G I.V S/Dil	442701	Amp	2200	6,85	15.070,00
24	Cetoprofeno Inj. 100Mg Iv	448844	Amp	1.200	6,42	7.704,00
25	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2Mg/MI 100MI	292418	Bl	160	13,44	2.150,40
26	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2Mg/MI 200MI	292418	Bl	150	43,77	6.565,50
27	Cloreto De Potassio 10% Inj. 10MI	267161	Amp	5000	1,19	5.950,00
28	Cloreto De Sódio 10% Inj. 10MI	382563	Amp	5000	0,68	3.400,00
29	Cloridrato De Ambroxol 15Mg/5MI	446264	Frc	1.200	3,77	4.524,00
30	Cloridrato De Ambroxol 30Mg/5MI	446263	Frc	1.200	3,85	4.620,00
31	Cloridrato De Dopamina 5Mg/MI	268960	Amp	1500	4,87	7.305,00
32	Cloridrato De Etilefrina 10Mg/MI	272198	Amp	2500	3,06	7.650,00
33	Cloridrato De Hidralazina Inj. 20Mg/MI	268115	Amp	600	10,60	6.360,00
34	Complexo B Inj. 2MI	272091	Amp	8000	1,72	13.760,00
35	Dexametasona 2Mg Inj.	300733	Amp	4000	1,55	6.200,00
36	Dexametasona 4Mg Inj.	292427	Amp	8000	1,66	13.280,00
37	Diclofenaco De Potassico 25Mg Inj.	270999	Amp	5000	2,59	12.950,00
38	Diclofenaco De Sódio 50Mg	271000	Cpd	20000	0,12	2.400,00
39	Diclofenaco De Sodio 75Mg Inj.	271003	Amp	8000	1,61	12.880,00
40	Dipirona 500Mg/ 2MI Inj	268252	Amp	8000	1,01	8.080,00
41	Dipirona Gts 10MI	267206	fr	2000	1,91	3.820,00
42	Dramim B6 Inj 50Mg 1MI	272336	Amp	1200	10,49	12.588,00
43	Enalapril, Maleato De 20 Mg	267652	Cpd	12.000	0,12	1.440,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

44	Enalapril, Maleato De. 10Mg	267651	Cpd	12.000	0,09	1.080,00
45	Furosemida 10Mg Inj. 2MI	267666	Amp	4000	1,27	5.080,00
46	Gentamicina 20Mg Inj.	269761	Amp	3000	1,62	4.860,00
47	Gentamicina 40Mg Inj.	268256	Amp	4000	1,71	6.840,00
48	Gentamicina 80Mg Inj.	269759	Amp	4000	1,73	6.920,00
49	Glibenclamida 5Mg	267671	Cpd	10.000	0,07	700,00
50	Glicose 25% 10MI	267540	Amp	8000	0,71	5.680,00
51	Glicose 50% 10MI	267541	Amp	8000	0,72	5.760,00
52	Hidroclorotiazida 25Mg	267674	Cpd	10.000	0,08	800,00
53	Hidrocortisona 100Mg. S/Dil.	270220	Amp	2400	5,45	13.080,00
54	Hidrocortisona 500Mg. S/Dil.	270219	Amp	2400	8,14	19.536,00
55	Hioscina Composta Injetavel	270621	Amp	5000	2,79	13.950,00
56	Hioscina Simples Injetavel	267282	Amp	2000	1,84	3.680,00
57	Lidocaina 5% Pesada Inj. 2MI	269848	Amp	250	8,98	2.245,00
58	Lidocaina Gel 2%	269846	bsg	1000	7,29	7.290,00
59	Lidocaina Inj. 2% C/V 20MI	269852	Amp	1200	8,01	9.612,00
60	Lidocaina Inj. 2% S/V 20MI	269843	Amp	1200	6,52	7.824,00
61	Metoclopramida 10Mg/2MI Inj	267310	Amp	8000	1,30	10.400,00
62	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	345300	Tb	800	10,35	8.280,00
63	Neocaina 0,5% Pesada Inj.	270095	Amp	600	12,98	7.788,00
64	Oleo Mineral 100% 100MI	269884	Frc	800	4,64	3.712,00
65	Omeprazol 40Mg Inj.	268160	Amp	800	13,57	10.856,00
66	Ondansetrona(Nausebron) Inj 2Mg/2MI	268504	Amp	1.500	2,08	3.120,00
67	Ondansetrona(Nausebron) Inj 2Mg/4MI	268507	Amp	1.500	2,31	3.465,00
68	Oxacilina Inj 500Mg	268513	Amp	1500	6,30	9.450,00
69	Oxitocina 5Ui 1MI Inj.	268277	Amp	2000	7,02	14.040,00
70	Paracetamol 500Mg	267778	Cpd	30.000	0,13	3.900,00
71	Paracetamol 750Mg	267779	Cpd	15.000	0,21	3.150,00
72	Paracetamol Sol. Oral 200Mg/MI	267777	Frc	2.400	1,78	4.272,00
73	Penic. G Benz.1.200.000Ui S/Dil Inj	270612	Amp	2400	11,51	27.624,00
74	Penicilina Benz. 600.000Ui Inj	270613	Amp	2000	11,84	23.680,00
75	Phosfoenema 130MI	267328	Frs	480	8,94	4.291,20
76	Prometazina 25Mg 2MI Inj	267769	Amp	2000	6,34	12.680,00
77	Sol. Metronidazol 0,5%	268498	Amp	1440	10,32	14.860,80
78	Soro Fisiológico 0,9% 100MI S.F	452796	Amp	2500	5,61	14.025,00
79	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	452796	Amp	4000	5,93	23.720,00
80	Soro Fisiológico 0,9% 500MI S.F	452796	Amp	5000	7,35	36.750,00
81	Soro Glico-Fisiológico 250MI S.F	366913	Amp	2000	6,82	13.640,00
82	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	366913	Amp	3600	8,49	30.564,00
83	Soro Glicosado 5% 250MI S.F	270092	Amp	2000	7,19	14.380,00
84	Soro Glicosado 5% 500MI S.F	270092	Amp	3600	8,98	32.328,00
85	Soro Manitol 20% 250Mg S.F	299675	Amp	1600	18,10	28.960,00
86	Soro Ringer C/Lactato 500MI S.F	303292	Amp	2000	9,09	18.180,00
87	Soro Ringer Simples 500MI S.F	352192	Amp	2000	8,91	17.820,00
88	Sulfadiazina Prata 1% 400G	272089	Pt	80	54,14	4.331,20
89	Tenoxicam 20Mg	268532	Amp	500	10,59	5.295,00
90	Tenoxicam 40Mg	268533	Amp	500	16,87	8.435,00
91	Vitamina C 100Mg/ MI	600691	Amp	8000	1,48	11.840,00
92	Vitamina K 10Mg Inj	292399	Amp	1600	4,00	6.400,00
TOTAL						861.848,10

FARMACIA BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
93	Acebrofilina Susp Adulto	448839	Frc	500	9,52	4.760,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

94	Acebrofilina Susp Infantil	448838	Frc	500	9,36	4.680,00
95	Acido Acetil Salicilico 100 Mg	337678	Cpd	60.000	0,09	5.400,00
96	Acido Ascorbico Cpd	271691	Cpd	20.000	0,23	4.600,00
97	Acido Ascorbico Gotas	271689	Frc	3.000	1,94	5.820,00
98	Acido Folico 5Mg	267503	Cpd	70.000	0,09	6.300,00
99	Albendazol 400 Mg	267506	Cpd	14.000	0,76	10.640,00
100	Albendazol Susp. 10MI	267507	Frc	3.600	1,93	6.948,00
101	Amoxicilina 250Mg Susp.	271111	Frs	2400	6,36	15.264,00
102	Amoxicilina 500Mg	271089	Cpd	16.000	0,38	6.080,00
103	Ampicilina 500Mg Cps	267515	Cpd	12.000	0,91	10.920,00
104	Ampicilina Susp. 250Mg/5MI	448843	Frc	2.400	8,28	19.872,00
105	Anlodipino Besilato 10Mg	268896	Cpd	30.000	0,08	2.400,00
106	Anlodipino Besilato 5Mg	272434	Cpd	30.000	0,07	2.100,00
107	Atenolol 100Mg	267518	Cpd	36.000	0,27	9.720,00
108	Atenolol 25Mg	267516	Cpd	50.000	0,08	4.000,00
109	Atenolol 50Mg	267517	Cpd	60.000	0,10	6.000,00
110	Azitromicina 500 Mg	267140	Cpd	15000	1,33	19.950,00
111	Azitromicina Susp. 600Mg 15MI	268949	Frc	1.200	11,78	14.136,00
112	Brometo De Ipratropio Sol. Gts 20MI	268331	Frs	1000	2,77	2.770,00
113	Bromidrato De Fenoterol 20MI Fr	396470	Frs	1000	7,74	7.740,00
114	Butilbrom.De Escop + Dipirona Gts	270622	Frc	800	10,10	8.080,00
115	Captopril 25Mg	267613	Cpd	120.000	0,07	8.400,00
116	Cefalexina 500 Mg	267625	Cpd	20.000	1,06	21.200,00
117	Cefalexina Susp. Oral 50 Mg/MI	397566	Frc	1.400	10,66	14.924,00
118	Cetoconazol 200Mg	267151	Cpd	15.000	0,65	9.750,00
119	Cetoconazol Creme 30G	308736	Tb	2.000	6,11	12.220,00
120	Ciprofloxacino, Cloridrato De. 500Mg	267632	Cpd	10.000	0,42	4.200,00
121	Cloridrato De Ambroxol 15Mg/5MI	446264	Frc	2.200	3,77	8.294,00
122	Cloridrato De Ambroxol 30Mg/5MI	446263	Frc	2.200	3,85	8.470,00
123	Cloridrato De Tiamina B1 300Mg	272341	Cpd	24.000	0,48	11.520,00
124	Dexametasona Creme 0,1 % 10G	267643	Bsg	2.400	3,19	7.656,00
125	Dexametasona Susp 120MI	268243	Fr	2.000	3,43	6.860,00
126	Dexcloferinamina Sol. Oral 100 MI	298454	Frc	2.000	3,04	6.080,00
127	Diclofenaco De Potassio 50Mg	270992	Cpd	36.000	0,21	7.560,00
128	Diclofenaco De Sódio 50Mg	271000	Cpd	60.000	0,12	7.200,00
129	Dimeticona Cpd 40Mg	412963	Cpd	10000	0,15	1.500,00
130	Dimeticona Gotas 10MI	412965	Frc	3.000	2,19	6.570,00
131	Dipirona Sódica 500Mg	267203	Cpd	60.000	0,21	12.600,00
132	Dipirona Gotas 10MI	267206	Frs	6000	1,86	11.160,00
133	Enalapril, Maleato De 20 Mg	267652	Cpd	60.000	0,12	7.200,00
134	Enalapril, Maleato De. 10Mg	267651	Cpd	60.000	0,09	5.400,00
135	Eritromicina Susp. 125Mg 60MI	269997	Frc	600	9,18	5.508,00
136	Fluconazol 150Mg	267662	Cpd	10.000	0,88	8.800,00
137	Furosemida 40Mg	267666	Cpd	40.000	0,12	4.800,00
138	Glibenclamida 5Mg	267671	Cpd	120.000	0,08	9.600,00
139	Hidroclorotiazida 25Mg	267674	cpd	80.000	0,07	5.600,00
140	Hidróxido De Alumínio Susp.	433257	Cpd	2.000	3,90	7.800,00
141	Ibuprofeno 300Mg	267677	Cpd	24.000	0,24	5.760,00
142	Ibuprofeno 50Mg Susp	294643	Frc	2.400	4,84	11.616,00
143	Ibuprofeno 600Mg	267676	Cpd	24.000	0,27	6.480,00
144	Losartana 100Mg	287473	Cpd	24.000	0,51	12.240,00
145	Losartana 50Mg	268856	Cpd	100.000	0,10	10.000,00
146	Mebendazol 100Mg	267692	Cpd	24.000	0,13	3.120,00
147	Mebendazol Sus. Oral 20Mg/MI 30MI	267694	Frc	2.000	3,08	6.160,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

148	Metformina, Cloridrato 500Mg	267690	cpd	35.000	0,23	8.050,00
149	Metformina, Cloridrato 850Mg	267691	Cpd	100.000	0,25	25.000,00
150	Metildopa 250Mg	267689	Cpd	10.000	0,89	8.900,00
151	Metildopa 500Mg	267690	Cpd	10.000	1,65	16.500,00
152	Metoclopramida Gts 10MI	267312	Frc	2.400	2,29	5.496,00
153	Metronidazol 250Mg	267717	Cpd	36.000	0,33	11.880,00
154	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	345300	Tb	1.600	10,77	17.232,00
155	Miconazol Creme Dermatologico 30G	268286	Tb	1.600	5,88	9.408,00
156	Miconazol, Nitrato, Creme Vaginal 2% 60G	268162	Tb	1200	13,39	16.068,00
157	Neomicina+Bacitracina 0,5% 10G	273167	Tb	2.000	4,79	9.580,00
158	Nifedipina 10Mg Caps	448640	cpd	10000	0,19	1.900,00
159	Nifedipina 20Mg Caps	448641	Cpd	10000	0,20	2.000,00
160	Nimesulida 100Mg	273710	cpd	40000	0,20	8.000,00
161	Nimesulida Gotas	620873	Fr	3000	2,90	8.700,00
162	Nistatina Creme Vaginal 250.000 Ui 50G	430313	Tb	1.200	11,08	13.296,00
163	Nistatina Sus. Oral 100.000Ui/MI 30MI	428028	Frc	1.200	8,59	10.308,00
164	Omeprazol 20Mg	267712	Cpd	36.000	0,16	5.760,00
165	Paracetamol 500Mg	267778	Cpd	60.000	0,13	7.800,00
166	Paracetamol 750Mg	267779	Cpd	36.000	0,21	7.560,00
167	Paracetamol Sol. Oral 200Mg/MI	435044	Frc	4.000	1,75	7.000,00
168	Permetrina Loção 1%	433797	Frc	800	4,37	3.496,00
169	Polivitaminas Susp. 100MI	449104	Frc	2.000	3,63	7.260,00
170	Polivitaminico Comp	449111	Cpd	24.000	0,17	4.080,00
171	Prednisona 20Mg	267743	Cpd	24.000	0,34	8.160,00
172	Prednisona 5Mg	267741	Cpd	24.000	0,15	3.600,00
173	Propranolol, Cloridrato 40Mg	292764	Cpd	60.000	0,07	4.200,00
174	Sais P/ Reidratação Oral Pó P/ Solução Oral	479701	Pct	6.000	3,54	21.240,00
175	Secnidazol 1000Mg	268299	Cpd	4.000	2,63	10.520,00
176	Soro Fisiológico 0,9% 100MI S.F	452796	Amp	1.200	5,61	6.732,00
177	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	452796	Amp	1.800	5,93	10.674,00
178	Soro Fisiológico 0,9% 500MI S.F	452796	Amp	3600	7,35	26.460,00
179	Soro Glico-Fisiológico 250MI S.F	366913	Amp	1200	6,80	8.160,00
180	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	366913	Amp	1800	8,49	15.282,00
181	Soro Glicosado 5% 250 MI S.F	270092	Amp	1200	7,19	8.628,00
182	Soro Glicosado 5% 500 MI S.F	270092	Amp	2400	8,98	21.552,00
183	Sulfadiazina Prata 1% 400G	272089	Pt	80	55,19	4.415,20
184	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400Mg+80Mg	318992	Cpd	30.000	0,31	9.300,00
185	Sulfametoxazol + Trimetoprima Sus.Oral40 Mg+8Mg/MI	308884	Frc	2.400	8,74	20.976,00
186	Sulfato Ferroso 30MI Gts	406799	Frc	2.400	2,63	6.312,00
187	Sulfato Ferroso. 40Mg	292344	Cpd	60.000	0,09	5.400,00
188	Sulfato Ferroso. Susp. 100MI	465155	Frc	2.400	3,35	8.040,00
TOTAL						869.353,20

MATERIAL DE CONSUMO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
189	Abaixador De Lingua C/100	629305	Pct	400	6,56	2.624,00
190	Agua Oxigenada 10V 1000MI	277319	Frs	600	7,64	4.584,00
191	Agua Para Autoclave 5Lts	450454	Gl	120	13,32	1.598,40
192	Agulha Desc. 13X4,5 C/100	439812	Cxs	300	11,01	3.303,00
193	Agulha Desc. 20X5,5 C/100	397505	Cxs	300	11,86	3.558,00
194	Agulha Desc. 25X7 C/100	439807	Cxs	400	11,03	4.412,00
195	Agulha Desc. 25X8 C/100	439804	Cxs	400	10,93	4.372,00
196	Agulha Desc. 30X8 C/100	439805	Cxs	300	11,21	3.363,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

197	Agulha Desc. 40X12 C/100	439805	Cxs	300	11,11	3.333,00
198	Agulha Raqui 23G	439805	Und	300	9,47	2.841,00
199	Agulha Raqui 25G	439805	Und	500	9,65	4.825,00
200	Agulha Raqui 26G	439805	Und	500	9,89	4.945,00
201	Alcool 70% 1000MI	433277	Frs	1.300	9,28	12.064,00
202	Alcool 70% Gel 500G C	269943	Frs	720	8,80	6.336,00
203	Algodão Hidrofilo 500G	628477	Rls	600	21,44	12.864,00
204	Algodão Ortopedico 10Cm C/12	628477	Pct	300	7,82	2.346,00
205	Algodão Ortopedico 12Cm C/12	628477	Pct	300	8,95	2.685,00
206	Algodão Ortopedico 15Cm C/12	628477	Pct	300	11,78	3.534,00
207	Algodão Ortopedico 20Cm C/12	628477	Pct	300	16,05	4.815,00
208	Aparelho De Glicossímetro	609957	Und	100	37,51	3.751,00
209	Aparelho De Pressão C/ Estetoscópio	485445	und	70	123,72	8.660,40
210	Atadura Crepe 10Cm 9F C/12	628396	Pct	600	8,02	4.812,00
211	Atadura Crepe 12Cm 9F C/12	628397	Pct	700	9,39	6.573,00
212	Atadura Crepe 15Cm 9F C/12	628398	Pct	700	11,82	8.274,00
213	Atadura Crepe 20Cm 9F C/12	628399	Pct	600	15,67	9.402,00
214	Atadura Gessada 10Cm X 3M C/20	628323	Cxs	40	81,77	3.270,80
215	Atadura Gessada 15Cm X 3M C/20	628325	Cxs	40	120,85	4.834,00
216	Atadura Gessada 20Cm X 3M C/20	628326	Cxs	40	150,45	6.018,00
217	Bolsa Coletora De Urina 2000MI S.F	432133	Und	600	5,67	3.402,00
218	Bolsa De Colostomia C/10	631878	Pct	100	5,08	508,00
219	Campo Operatório 45X50 C/50	623083	Pct	40	84,63	3.385,20
220	Cat Gut Cromado 0.0 C/Ag C/24	602410	Cxs	50	122,33	6.116,50
221	Cat Gut Cromado 1.0 C/Ag C/24	602258	Cxs	60	121,99	7.319,40
222	Cat Gut Cromado 2.0 C/Ag C/24	487034	Cxs	60	122,08	7.324,80
223	Cat Gut Cromado 3.0 C/Ag C/24	487033	Cxs	50	122,48	6.124,00
224	Cat Gut Simples 0.0 C/Ag C/24	615295	Cxs	40	121,99	4.879,60
225	Cat Gut Simples 1.0 C/Ag C/24	604757	Cxs	40	122,80	4.912,00
226	Cat Gut Simples 2.0 C/Ag C/24	486988	Cxs	36	123,03	4.429,08
227	Cat Gut Simples 3.0 C/Ag C/24	486987	Cxs	36	123,23	4.436,28
228	Cat Gut Simples 4.0 C/Ag C/24	486984	Cxs	36	123,27	4.437,72
229	Cateter Intravenoso 14Ga C/50	437181	Cxs	70	51,08	3.575,60
230	Cateter Intravenoso 16Ga C/50	437182	Cxs	70	51,45	3.601,50
231	Cateter Intravenoso 18Ga C/50	438249	Cxs	70	52,32	3.662,40
232	Cateter Intravenoso 20Ga C/50	437184	Cxs	70	52,50	3.675,00
233	Cateter Intravenoso 22Ga C/50	437179	Cxs	100	56,67	5.667,00
234	Cateter Intravenoso 24Ga C/50	437186	Cxs	100	57,05	5.705,00
235	Cateter Oxigênio N°06 C/10	621784	Pct	150	11,47	1.720,50
236	Cateter Oxigênio N°08 C/10	621785	Pct	150	11,72	1.758,00
237	Cateter Oxigênio N°10 C/10	621786	Pct	150	12,58	1.887,00
238	Cateter Oxigênio N°12 C/10	621787	Pct	150	12,69	1.903,50
239	Cateter Tipo Oculos P/ Oxi	621719	Und	1.500	1,86	2.790,00
240	Clamp Umbilical C/100	356520	Pct	50	50,47	2.523,50
241	Clorexina 0,5% 1Lt	446138	Frs	180	20,47	3.684,60
242	Clorexina 2% 1Lt	439478	Frs	180	27,84	5.011,20
243	Coletor De Material Perfurocortante 13L	623121	Und	400	9,10	3.640,00
244	Coletor De Material Perfurocortante 20L	623119	Und	400	13,26	5.304,00
245	Coletor Universal 50MI	473421	UND	2.000	0,58	1.160,00
246	Compressa De Gaze 7,5X7,5 C/500	623257	Pct	1.200	15,80	18.960,00
247	Equipo Macrogotas C/Injetor Lateral	609453	Und	10.000	1,55	15.500,00
248	Equipo Microgotas Flexível Injetor Lateral	609502	Und	4.000	1,69	6.760,00
249	Equipo Multivias C/Clamp	609816	Und	5.000	1,31	6.550,00
250	Equipo P/Infusão De Sangue	610179	Und	500	3,37	1.685,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

251	Escova Cervical C/100	460913	Pct	150	43,33	6.499,50
252	Escova Para Assepsia	620165	Und	1200	3,74	4.488,00
253	Esparadrapo 10X4,5	483440	Rls	800	14,45	11.560,00
254	Espatula De Ayres C/100	453693	Pct	250	12,18	3.045,00
255	Especulo Vaginal G	637246	Und	3.000	2,20	6.600,00
256	Especulo Vaginal M	637246	Und	4.000	1,94	7.760,00
257	Especulo Vaginal P	637246	Und	4.000	1,79	7.160,00
258	Fio Algodão 1.0 C/Ag C/24	487629	Cxs	30	64,68	1.940,40
259	Fio Algodão 2.0 C/Ag C/24	487623	Cxs	30	65,16	1.954,80
260	Fio Algodão 3.0 C/Ag C/24	487612	Cxs	30	65,40	1.962,00
261	Fita Adesiva Hospitalar 19Mm/50M	474047	Und	700	6,55	4.585,00
262	Fita Adesiva P/ Autoclave	631804	Und	700	5,62	3.934,00
263	Fixador Citologico 100MI	405632	Frs	120	10,75	1.290,00
264	Fralda Geriátrica G C/8	616018	Pct	400	27,28	10.912,00
265	Fralda Geriátrica Gg C/8	616019	Pct	300	21,94	6.582,00
266	Fralda Geriátrica M C/8	616017	pct	400	17,95	7.180,00
267	Fralda Geriátrica P C/8	616016	Pct	400	17,21	6.884,00
268	Fralda Infantil G C/8	616023	pct	300	13,27	3.981,00
269	Fralda Infantil M C/8	616022	Pct	300	9,59	2.877,00
270	Frasco De Nutrição Enteral 300MI	395538	Und	200	3,03	606,00
271	Gaze Tipo Queijo 9F 91X91 450G	627374	Rls	240	30,84	7.401,60
272	Gel Para Ultrassom 5L	475840	Gl	80	38,14	3.051,20
273	Gorro Tipo Touca C/Elastico C/100	428622	Pct	360	9,84	3.542,40
274	Kit P/ Preventivo Pccu "G"	458175	Und	400	6,03	2.412,00
275	Kit P/ Preventivo Pccu "M"	458175	Und	600	5,78	3.468,00
276	Kit P/ Preventivo Pccu "P"	458175	Und	600	5,49	3.294,00
277	Lamina De Bisturi N.15 C/100	412835	Cxs	40	36,95	1.478,00
278	Lamina De Bisturi N.22 C/100	461981	Cxs	50	37,20	1.860,00
279	Lamina De Bisturi N.23 C/100	431884	Cxs	60	37,57	2.254,20
280	Lamina De Bisturi N.24 C/100	413086	Cxs	60	35,97	2.158,20
281	Laminas Ponta Fosca C/50	409646	Cxs	120	16,41	1.969,20
282	Laminas Ponta Lisa C/50	409645	Cxs	120	15,68	1.881,60
283	Luva Cirurgica 7,0 Esteril	620102	Par	3.000	1,90	5.700,00
284	Luva Cirurgica 7,5 Esteril	620103	Par	4.000	1,93	7.720,00
285	Luva Cirurgica 8,0 Esteril	620104	Par	4.000	1,94	7.760,00
286	Luvas De Procedimento G C/100	619859	Cxs	400	24,19	9.676,00
287	Luvas De Procedimento M C/100	619858	Cxs	600	24,15	14.490,00
288	Luvas De Procedimento P C/100	619857	Cxs	600	24,09	14.454,00
289	Luvas De Procedimento Xp C/100	619856	Cxs	400	24,00	9.600,00
290	Mascara Descartável C/ Elastico C/50	483888	Cxs	400	8,62	3.448,00
291	Mascara Descartável N-95 S/Val	485315	Und	1.000	2,49	2.490,00
292	Micro Lanceta C/100	303151	Cxs	80	18,27	1.461,60
293	Micronebulizador Adulto	266430	Und	60	12,20	732,00
294	Micronebulizador Infantil	226157	Und	60	12,94	776,40
295	Nylon 0-0 C/Ag C/24	604352	Cxs	70	48,98	3.428,60
296	Nylon 2-0 C/Ag C/24	487455	Cxs	80	49,31	3.944,80
297	Nylon 3-0 C/Ag C/24	487448	Cxs	80	49,43	3.954,40
298	Nylon 4-0 C/Ag C/24	487435	Cxs	60	49,81	2.988,60
299	Oleo De Girassol 100MI	470124	Frs	120	9,06	1.087,20
300	Papel Lençol 75X50	481807	Rls	120	19,45	2.334,00
301	Papel Toalha C/1000	481231	Pct	120	22,47	2.696,40
302	Papel Upp 110S(Ultrassom)	276722	Und	24	122,45	2.938,80
303	Porta Lamina C/3 (Borel)	412639	Und	3.000	1,62	4.860,00
304	Povidine Degermante 1000MI	398705	Frs	240	61,81	14.834,40



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

305	Povidine Tópico 1000MI	398704	Frs	240	61,52	14.764,80
306	Preservativo Não Lubrificado C/144	377023	Cxs	20	66,50	1.330,00
307	Sabonete Líquido 800MI	604234	Und	100	18,37	1.837,00
308	Saco Coletor Urina Adulto 2Lt C/100	419370	Pct	40	60,89	2.435,60
309	Sapatilha C/100	436859	pct	100	13,30	1.330,00
310	Scalp N°19 C/100	437168	Cxs	80	35,52	2.841,60
311	Scalp N°21 C/100	437173	Cxs	80	35,52	2.841,60
312	Scalp N°23 C/100	437174	Cxs	200	35,73	7.146,00
313	Scalp N°25 C/100	437172	Cxs	200	35,73	7.146,00
314	Scalp N°27 C/100	437343	Cxs	80	35,85	2.868,00
315	Seda Preta 2.0 C/Ag C/24	274379	Cxs	24	62,03	1.488,72
316	Seda Preta 3.0 C/Ag C/24	432287	Cxs	24	62,73	1.505,52
317	Seringa Desc. 10MI C/Ag C/100	439728	Cxs	240	53,94	12.945,60
318	Seringa Desc. 10MI S/Ag C/100	439709	Cxs	240	39,99	9.597,60
319	Seringa Desc. 1MI C/Ag C/100	623732	Cxs	300	29,81	8.943,00
320	Seringa Desc. 20MI C/Ag C/50	457844	Cxs	240	33,02	7.924,80
321	Seringa Desc. 20MI S/Ag C/50	455596	Cxs	240	28,66	6.878,40
322	Seringa Desc. 3MI C/Ag C/100	440373	Cxs	300	29,81	8.943,00
323	Seringa Desc. 3MI S/Ag C/100	440371	Cxs	300	22,21	6.663,00
324	Seringa Desc. 5MI C/Ag C/100	439726	Cxs	300	32,28	9.684,00
325	Seringa Desc. 5MI S/Ag C/100	439701	Cxs	300	25,75	7.725,00
326	Sonda Aspiração Traqueal N. 06 C/10	454401	Pct	120	13,82	1.658,40
327	Sonda Aspiração Traqueal N. 08 C/10	605736	Pct	120	12,83	1.539,60
328	Sonda Aspiração Traqueal N. 10C/10	454404	Pct	120	12,46	1.495,20
329	Sonda Foley N 10 2Vias C/10	604746	Cxs	60	51,54	3.092,40
330	Sonda Foley N 12 2Vias C/10	464227	Cxs	70	51,60	3.612,00
331	Sonda Foley N 14 2Vias C/10	464226	Cxs	50	50,26	2.513,00
332	Sonda Foley N 16 2Vias C/10	464225	Cxs	40	50,82	2.032,80
333	Sonda Foley N 18 2Vias C/10	464224	Cxs	50	51,97	2.598,50
334	Sonda Nasogastrica Curta N°04 C/10	435905	Pct	120	9,00	1.080,00
335	Sonda Nasogastrica Curta N°06 C/10	435903	Pct	120	9,04	1.084,80
336	Sonda Nasogastrica Curta N°08 C/10	435904	Pct	120	9,14	1.096,80
337	Sonda Nasogastrica Curta N°10 C/10	438396	Pct	120	9,30	1.116,00
338	Sonda Nasogastrica Longa N°16 C/10	438399	Pct	120	12,33	1.479,60
339	Sonda Nasogastrica Longa N°20 C/10	438951	Pct	120	12,43	1.491,60
340	Sonda Uretral N.10 C/10	438412	Pct	200	9,19	1.838,00
341	Sonda Uretral N.12 C/10	451563	Pct	200	9,19	1.838,00
342	Sonda Uretral N.14 C/10	438410	Pct	150	9,21	1.381,50
343	Sonda Uretral N.6 C/10	618921	Pct	150	9,27	1.390,50
344	Sonda Uretral N.8 C/10	438409	Pct	150	9,17	1.375,50
345	Termometro Clinico Digital	623736	Und	120	15,73	1.887,60
346	Termometro Clinico Prismático	474168	Und	200	10,45	2.090,00
347	Tira P/ Glicossímetro C/50	619256	Cxs	120	40,59	4.870,80
348	Tubo Latex (Garrote) 15M	445581	Pct	50	36,22	1.811,00
349	Vaselina Líquida 1L	618941	Frs	72	61,59	4.434,48
350	Vicryl 0.0 C/Ag C/36Und	618876	Cxs	20	344,01	6.880,20
351	Vicryl 1.0 C/Ag C/36Und	604833	Cxs	20	344,44	6.888,80
352	Vicryl 2,0 C/Ag C/36Und	620288	Cxs	20	345,56	6.911,20
353	Vicryl 3,0 C/Ag C/36Und	623003	Cxs	20	345,59	6.911,80
TOTAL						769.181,60
TOTAL GERAL						2.500.382,90

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de até 31.12.2026, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é imediato, contados do recebimento da “**Ordem de Serviço**”, em remessa parcelada, conforme as necessidades da administração.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos dois dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de dois dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até um dia útil.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1.1. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E/OU MATERIAIS DE CONSUMO HOSPITALARES

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Autorização de funcionamento e comercialização do objeto licitado, emitida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.500.382,90 (dois milhões, quinhentos mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 01.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto nº 11.462/2023 c/c art. 8º, § 2º, do Decreto Municipal 056/2017.

Buritirana (MA), 27 de março de 2026

José Iran Queiroz Madeira
Secretário Municipal de Saúde

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

TONY BRANDÃO DOS SANTOS SOUSA
Prefeito Municipal



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Administrativo nº 10.015/2026)**

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I - INFORMAÇÕES GERAIS

Processo Administrativo nº 10.015/2026

Órgão Solicitante: SEMUS

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

a) José Iran Queiroz Madeira

Secretário Municipal de Saúde

II – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

O objeto cuja contratação é pretendida destina-se ao provimento da Secretaria Municipal de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e demais unidades de saúde, as quais se utilizam de medicamentos e insumos hospitalares no exercício de suas atividades de atendimento e intervenções médicas.

Nesse diapasão, urge salientar que a administração ao longo dos anos vem promovendo a contratação do objeto por meio de processo licitatório a fim de preservar o interesse público no provimento de medicamentos e insumos hospitalares.

Finalmente, após o devido levantamento dos quantitativos necessários à execução do objeto, considerando especialmente a última contratação firmada pela administração e sua respectiva execução durante os exercícios financeiros de sua vigência, a equipe técnica concluiu pela necessidade da quantidade esposada na planilha abaixo.

“A Administração tem o dever de estimar os quantitativos da contratação, de modo fundamentado. Essa estimativa deve tomar em vista a eventual existência de outras contratações (correlatas ou interdependentes), inclusive para propiciar ganhos de escala” (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

QUANTIDADE ESTIMADA PARA A CONTRATAÇÃO

MEDICAMENTOS HOSPITALARES			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	Acido Acetil Salicilico 100 Mg	Cpd	50.000
2	Acido Tranexamico Inj. 50Mg/5MI	Amp	1000
3	Adrenalina 1G Inj	Amp	600
4	Agua P/ Injeção 10MI	Amp	20000
5	Agua P/ Injeção 5MI	Amp	5000
6	Albendazol 400 Mg	Cpd	16.000
7	Albendazol Susp. 10MI	Frc	3.000
8	Aminofilina 24Mg/MI Inj.	Amp	2000
9	Amoxicilina 250Mg Susp.	Frs	1200
10	Amoxicilina 500Mg	Cpd	14.000
11	Ampicilina 1G Im/Iv	Amp	2400
12	Ampicilina 500Mg Cps	Cpd	10.000
13	Atropina 0,25Mg Inj 1MI	Amp	2.000
14	Azitromicina 500 Mg	Cpd	4000
15	Azitromicina Susp. 600Mg 15MI	Frc	500
16	Brometo De Ipratropio Sol. Gts 20MI	Frs	1200
17	Bromidrato De Fenoterol 20MI Fr	Frs	1200
18	Bromoprida Inj 5Mg/MI	Amp	3000
19	Captopril 25Mg	Cpd	16.000
20	Cefalexina 500 Mg	Cpd	6.000
21	Cefalexina 250Mg/5MI 60MI	Frc	500
22	Cefalotina Inj. 1G S/Dil.	Amp	2000
23	Ceftriaxona 1G I.V S/Dil	Amp	2200
24	Cetoprofeno Inj. 100Mg Iv	Amp	1.200
25	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2Mg/MI 100MI	BI	160
26	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2Mg/MI 200MI	BI	150
27	Cloreto De Potassio 10% Inj. 10MI	Amp	5000
28	Cloreto De Sódio 10% Inj. 10MI	Amp	5000
29	Cloridrato De Ambroxol 15Mg/5MI	Frc	1.200
30	Cloridrato De Ambroxol 30Mg/5MI	Frc	1.200
31	Cloridrato De Dopamina 5Mg/MI	Amp	1500
32	Cloridrato De Etilefrina 10Mg/MI	Amp	2500
33	Cloridrato De Hidralazina Inj.20Mg/MI	Amp	600
34	Complexo B Inj. 2MI	Amp	8000
35	Dexametasona 2Mg Inj.	Amp	4000
36	Dexametasona 4Mg Inj.	Amp	8000
37	Diclofenaco De Potassico 25Mg Inj.	Amp	5000
38	Diclofenaco De Sódio 50Mg	Cpd	20000
39	Diclofenaco De Sodio 75Mg Inj.	Amp	8000
40	Dipirona 500Mg/ 2MI Inj	Amp	8000
41	Dipirona Gts 10MI	fr	2000
42	Dramim B6 Inj 50Mg 1MI	Amp	1200
43	Enalapril, Maleato De 20 Mg	Cpd	12.000
44	Enalapril, Maleato De. 10Mg	Cpd	12.000
45	Furosemida 10Mg Inj. 2MI	Amp	4000
46	Gentamicina 20Mg Inj.	Amp	3000
47	Gentamicina 40Mg Inj.	Amp	4000
48	Gentamicina 80Mg Inj.	Amp	4000
49	Glibenclamida 5Mg	Cpd	10.000



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

50	Glicose 25% 10MI	Amp	8000
51	Glicose 50% 10MI	Amp	8000
52	Hidroclorotiazida 25Mg	Cpd	10.000
53	Hidrocortisona 100Mg. S/Dil.	Amp	2400
54	Hidrocortisona 500Mg. S/Dil.	Amp	2400
55	Hioscina Composta Injetavel	Amp	5000
56	Hioscina Simples Injetavel	Amp	2000
57	Lidocaina 5% Pesada Inj. 2MI	Amp	250
58	Lidocaina Gel 2%	bsg	1000
59	Lidocaina Inj. 2% C/V 20MI	Amp	1200
60	Lidocaina Inj. 2% S/V 20MI	Amp	1200
61	Metoclopramida 10Mg/2MI Inj	Amp	8000
62	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	Tb	800
63	Neocaina 0,5% Pesada Inj.	Amp	600
64	Oleo Mineral 100% 100MI	Frc	800
65	Omeprazol 40Mg Inj.	Amp	800
66	Ondansetrona(Nauseadron) Inj 2Mg/2MI	Amp	1.500
67	Ondansetrona(Nauseadron) Inj 2Mg/4MI	Amp	1.500
68	Oxacilina Inj 500Mg	Amp	1500
69	Oxitocina 5Ui 1MI Inj.	Amp	2000
70	Paracetamol 500Mg	Cpd	30.000
71	Paracetamol 750Mg	Cpd	15.000
72	Paracetamol Sol. Oral 200Mg/MI	Frc	2.400
73	Penic. G Benz.1.200.000Ui S/Dil Inj	Amp	2400
74	Penicilina Benz. 600.000Ui Inj	Amp	2000
75	Phosfoenema 130MI	Frs	480
76	Prometazina 25Mg 2MI Inj	Amp	2000
77	Sol. Metronidazol 0,5%	Amp	1440
78	Soro Fisiológico 0,9% 100MI S.F	Amp	2500
79	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	Amp	4000
80	Soro Fisiológico 0,9% 500MI S.F	Amp	5000
81	Soro Glico-Fisiológico 250MI S.F	Amp	2000
82	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	Amp	3600
83	Soro Glicosado 5% 250MI S.F	Amp	2000
84	Soro Glicosado 5% 500MI S.F	Amp	3600
85	Soro Manitol 20% 250Mg S.F	Amp	1600
86	Soro Ringer C/Lactato 500MI S.F	Amp	2000
87	Soro Ringer Simples 500MI S.F	Amp	2000
88	Sulfadiazina Prata 1% 400G	Pt	80
89	Tenoxican 20Mg	Amp	500
90	Tenoxican 40Mg	Amp	500
91	Vitamina C 100Mg/ MI	Amp	8000
92	Vitamina K 10Mg Inj	Amp	1600

FARMÁCIA BÁSICA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
93	Acebrofilina Susp Adulto	Frc	500
94	Acebrofilina Susp Infantil	Frc	500
95	Acido Acetil Salicilico 100 Mg	Cpd	60.000
96	Acido Ascorbico Cpd	Cpd	20.000
97	Acido Ascorbico Gotas	Frc	3.000
98	Acido Folico 5Mg	Cpd	70.000
99	Albendazol 400 Mg	Cpd	14.000



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

100	Albendazol Susp. 10MI	Frc	3.600
101	Amoxicilina 250Mg Susp.	Frs	2400
102	Amoxicilina 500Mg	Cpd	16.000
103	Ampicilina 500Mg Cps	Cpd	12.000
104	Ampicilina Susp. 250Mg/5MI	Frc	2.400
105	Anlodipino Besilato 10Mg	Cpd	30.000
106	Anlodipino Besilato 5Mg	Cpd	30.000
107	Atenolol 100Mg	Cpd	36.000
108	Atenolol 25Mg	Cpd	50.000
109	Atenolol 50Mg	Cpd	60.000
110	Azitromicina 500 Mg	Cpd	15000
111	Azitromicina Susp. 600Mg 15MI	Frc	1.200
112	Brometo De Ipratropio Sol. Gts 20MI	Frs	1000
113	Bromidrato De Fenoterol 20MI Fr	Frs	1000
114	Butilbrom.De Escop + Dipirona Gts	Frc	800
115	Captopril 25Mg	Cpd	120.000
116	Cefalexina 500 Mg	Cpd	20.000
117	Cefalexina Susp. Oral 50 Mg/MI	Frc	1.400
118	Cetoconazol 200Mg	Cpd	15.000
119	Cetoconazol Creme 30G	Tb	2.000
120	Ciprofloxacino, Cloridrato De. 500Mg	Cpd	10.000
121	Cloridrato De Ambroxol 15Mg/5MI	Frc	2.200
122	Cloridrato De Ambroxol 30Mg/5MI	Frc	2.200
123	Cloridrato De Tiamina B1 300Mg	Cpd	24.000
124	Dexametasona Creme 0,1 % 10G	Bsg	2.400
125	Dexametasona Susp 120MI	Fr	2.000
126	Dexcloferinamina Sol. Oral 100 MI	Frc	2.000
127	Diclofenaco De Potassio 50Mg	Cpd	36.000
128	Diclofenaco De Sódio 50Mg	Cpd	60.000
129	Dimeticona Cpd 40Mg	Cpd	10000
130	Dimeticona Gotas 10MI	Frc	3.000
131	Dipirona Sódica 500Mg	Cpd	60.000
132	Dipirona Gotas 10MI	Frs	6000
133	Enalapril, Maleato De 20 Mg	Cpd	60.000
134	Enalapril, Maleato De. 10Mg	Cpd	60.000
135	Eritromicina Susp. 125Mg 60MI	Frc	600
136	Fluconazol 150Mg	Cpd	10.000
137	Furosemida 40Mg	Cpd	40.000
138	Glibenclamida 5Mg	Cpd	120.000
139	Hidroclorotiazida 25Mg	cpd	80.000
140	Hidróxido De Alumínio Susp.	Cpd	2.000
141	Ibuprofeno 300Mg	Cpd	24.000
142	Ibuprofeno 50Mg Susp	Frc	2.400
143	Ibuprofeno 600Mg	Cpd	24.000
144	Losartana 100Mg	Cpd	24.000
145	Losartana 50Mg	Cpd	100.000
146	Mebendazol 100Mg	Cpd	24.000
147	Mebendazol Sus. Oral 20Mg/MI 30MI	Frc	2.000
148	Metformina, Cloridrato 500Mg	cpd	35.000
149	Metformina, Cloridrato 850Mg	Cpd	100.000
150	Metildopa 250Mg	Cpd	10.000
151	Metildopa 500Mg	Cpd	10.000
152	Metoclopramida Gts 10MI	Frc	2.400
153	Metronidazol 250Mg	Cpd	36.000



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

154	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	Tb	1.600
155	Miconazol Creme Dermatologico 30G	Tb	1.600
156	Miconazol, Nitrato, Creme Vaginal 2% 60G	Tb	1200
157	Neomicina+Bacitracina 0,5% 10G	Tb	2.000
158	Nifedipina 10Mg Caps	cpd	10000
159	Nifedipina 20Mg Caps	Cpd	10000
160	Nimesulida 100Mg	cpd	40000
161	Nimesulida Gotas	Fr	3000
162	Nistatina Creme Vaginal 250.000 Ui 50G	Tb	1.200
163	Nistatina Sus. Oral 100.000Ui/MI 30MI	Frc	1.200
164	Omeprazol 20Mg	Cpd	36.000
165	Paracetamol 500Mg	Cpd	60.000
166	Paracetamol 750Mg	Cpd	36.000
167	Paracetamol Sol. Oral 200Mg/MI	Frc	4.000
168	Permetrina Loção 1%	Frc	800
169	Polivitaminas Susp. 100MI	Frc	2.000
170	Polivitaminico Comp	Cpd	24.000
171	Prednisona 20Mg	Cpd	24.000
172	Prednisona 5Mg	Cpd	24.000
173	Propranolol, Cloridrato 40Mg	Cpd	60.000
174	Sais P/ Reidratação Oral Pó P/ Solução Oral	Pct	6.000
175	Secnidazol 1000Mg	Cpd	4.000
176	Soro Fisiológico 0,9% 100MI S.F	Amp	1.200
177	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	Amp	1.800
178	Soro Fisiológico 0,9% 500MI S.F	Amp	3600
179	Soro Glico-Fisiológico 250MI S.F	Amp	1200
180	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	Amp	1800
181	Soro Glicosado 5% 250 MI S.F	Amp	1200
182	Soro Glicosado 5% 500 MI S.F	Amp	2400
183	Sulfadiazina Prata 1% 400G	Pt	80
184	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400Mg+80Mg	Cpd	30.000
185	Sulfametoxazol + Trimetoprima Sus.Oral40 Mg+8Mg/MI	Frc	2.400
186	Sulfato Ferroso 30MI Gts	Frc	2.400
187	Sulfato Ferroso. 40Mg	Cpd	60.000
188	Sulfato Ferroso. Susp. 100MI	Frc	2.400

MATERIAL DE CONSUMO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
189	Abaixador De Lingua C/100	Pct	400
190	Agua Oxigenada 10V 1000MI	Frs	600
191	Agua Para Autoclave 5Lts	Gl	120
192	Agulha Desc. 13X4,5 C/100	Cxs	300
193	Agulha Desc. 20X5,5 C/100	Cxs	300
194	Agulha Desc. 25X7 C/100	Cxs	400
195	Agulha Desc. 25X8 C/100	Cxs	400
196	Agulha Desc. 30X8 C/100	Cxs	300
197	Agulha Desc. 40X12 C/100	Cxs	300
198	Agulha Raqui 23G	Und	300
199	Agulha Raqui 25G	Und	500
200	Agulha Raqui 26G	Und	500
201	Alcool 70% 1000MI	Frs	1.300
202	Alcool 70% Gel 500G C	Frs	720
203	Algodão Hidrofilo 500G	Rls	600



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

204	Algodão Ortopedico 10Cm C/12	Pct	300
205	Algodão Ortopedico 12Cm C/12	Pct	300
206	Algodão Ortopedico 15Cm C/12	Pct	300
207	Algodão Ortopedico 20Cm C/12	Pct	300
208	Aparelho De Glicossímetro	Und	100
209	Aparelho De Pressão C/ Estetoscópio	und	70
210	Atadura Crepe 10Cm 9F C/12	Pct	600
211	Atadura Crepe 12Cm 9F C/12	Pct	700
212	Atadura Crepe 15Cm 9F C/12	Pct	700
213	Atadura Crepe 20Cm 9F C/12	Pct	600
214	Atadura Gessada 10Cm X 3M C/20	Cxs	40
215	Atadura Gessada 15Cm X 3M C/20	Cxs	40
216	Atadura Gessada 20Cm X 3M C/20	Cxs	40
217	Bolsa Coletora De Urina 2000MI S.F	Und	600
218	Bolsa De Colostomia C/10	Pct	100
219	Campo Operatório 45X50 C/50	Pct	40
220	Cat Gut Cromado 0.0 C/Ag C/24	Cxs	50
221	Cat Gut Cromado 1.0 C/Ag C/24	Cxs	60
222	Cat Gut Cromado 2.0 C/Ag C/24	Cxs	60
223	Cat Gut Cromado 3.0 C/Ag C/24	Cxs	50
224	Cat Gut Simples 0.0 C/Ag C/24	Cxs	40
225	Cat Gut Simples 1.0 C/Ag C/24	Cxs	40
226	Cat Gut Simples 2.0 C/Ag C/24	Cxs	36
227	Cat Gut Simples 3.0 C/Ag C/24	Cxs	36
228	Cat Gut Simples 4.0 C/Ag C/24	Cxs	36
229	Cateter Intravenoso 14Ga C/50	Cxs	70
230	Cateter Intravenoso 16Ga C/50	Cxs	70
231	Cateter Intravenoso 18Ga C/50	Cxs	70
232	Cateter Intravenoso 20Ga C/50	Cxs	70
233	Cateter Intravenoso 22Ga C/50	Cxs	100
234	Cateter Intravenoso 24Ga C/50	Cxs	100
235	Cateter Oxigênio N°06 C/10	Pct	150
236	Cateter Oxigênio N°08 C/10	Pct	150
237	Cateter Oxigênio N°10 C/10	Pct	150
238	Cateter Oxigênio N°12 C/10	Pct	150
239	Cateter Tipo Oculos P/ Oxi	Und	1.500
240	Clamp Umbilical C/100	Pct	50
241	Clorexina 0,5% 1Lt	Frs	180
242	Clorexina 2% 1Lt	Frs	180
243	Coletor De Material Perfurocortante 13L	Und	400
244	Coletor De Material Perfurocortante 20L	Und	400
245	Coletor Universal 50MI	UND	2.000
246	Compressa De Gaze 7,5X7,5 C/500	Pct	1.200
247	Equipo Macrogotas C/Injetor Lateral	Und	10.000
248	Equipo Microgotas Flexivel Injetor Lateral	Und	4.000
249	Equipo Multivias C/Clamp	Und	5.000
250	Equipo P/Infusão De Sangue	Und	500
251	Escova Cervical C/100	Pct	150
252	Escova Para Assepsia	Und	1200
253	Esparadrapo 10X4,5	Rls	800
254	Espatula De Ayres C/100	Pct	250
255	Especulo Vaginal G	Und	3.000
256	Especulo Vaginal M	Und	4.000
257	Especulo Vaginal P	Und	4.000



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

258	Fio Algodão 1.0 C/Ag C/24	Cxs	30
259	Fio Algodão 2.0 C/Ag C/24	Cxs	30
260	Fio Algodão 3.0 C/Ag C/24	Cxs	30
261	Fita Adesiva Hospitalar 19Mm/50M	Und	700
262	Fita Adesiva P/ Autoclave	Und	700
263	Fixador Citologico 100MI	Frs	120
264	Fralda Geriátrica G C/8	Pct	400
265	Fralda Geriátrica Gg C/8	Pct	300
266	Fralda Geriátrica M C/8	pct	400
267	Fralda Geriátrica P C/8	Pct	400
268	Fralda Infantil G C/8	pct	300
269	Fralda Infantil M C/8	Pct	300
270	Frasco De Nutrição Enteral 300MI	Und	200
271	Gaze Tipo Queijo 9F 91X91 450G	Rls	240
272	Gel Para Ultrassom 5L	Gl	80
273	Gorro Tipo Touca C/Elastico C/100	Pct	360
274	Kit P/ Preventivo Pccu "G"	Und	400
275	Kit P/ Preventivo Pccu "M"	Und	600
276	Kit P/ Preventivo Pccu "P"	Und	600
277	Lamina De Bisturi N.15 C/100	Cxs	40
278	Lamina De Bisturi N.22 C/100	Cxs	50
279	Lamina De Bisturi N.23 C/100	Cxs	60
280	Lamina De Bisturi N.24 C/100	Cxs	60
281	Laminas Ponta Fosca C/50	Cxs	120
282	Laminas Ponta Lisa C/50	Cxs	120
283	Luva Cirurgica 7,0 Esteril	Par	3.000
284	Luva Cirurgica 7,5 Esteril	Par	4.000
285	Luva Cirurgica 8,0 Esteril	Par	4.000
286	Luvas De Procedimento G C/100	Cxs	400
287	Luvas De Procedimento M C/100	Cxs	600
288	Luvas De Procedimento P C/100	Cxs	600
289	Luvas De Procedimento Xp C/100	Cxs	400
290	Mascara Descartável C/ Elastico C/50	Cxs	400
291	Mascara Descartável N-95 S/Val	Und	1.000
292	Micro Lanceta C/100	Cxs	80
293	Micronebulizador Adulto	Und	60
294	Micronebulizador Infantil	Und	60
295	Nylon 0-0 C/Ag C/24	Cxs	70
296	Nylon 2-0 C/Ag C/24	Cxs	80
297	Nylon 3-0 C/Ag C/24	Cxs	80
298	Nylon 4-0 C/Ag C/24	Cxs	60
299	Oleo De Girassol 100MI	Frs	120
300	Papel Lençol 75X50	Rls	120
301	Papel Toalha C/1000	Pct	120
302	Papel Upp 110S(Ultrassom)	Und	24
303	Porta Lamina C/3 (Borel)	Und	3.000
304	Povidine Degermante 1000MI	Frs	240
305	Povidine Tópico 1000MI	Frs	240
306	Preservativo Não Lubrificado C/144	Cxs	20
307	Sabonete Liquido 800MI	Und	100
308	Saco Coletor Urina Adulto 2Lt C/100	Pct	40
309	Sapatilha C/100	pct	100
310	Scalp N°19 C/100	Cxs	80
311	Scalp N°21 C/100	Cxs	80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

312	Scalp N°23 C/100	Cxs	200
313	Scalp N°25 C/100	Cxs	200
314	Scalp N°27 C/100	Cxs	80
315	Seda Preta 2.0 C/Ag C/24	Cxs	24
316	Seda Preta 3.0 C/Ag C/24	Cxs	24
317	Seringa Desc. 10MI C/Ag C/100	Cxs	240
318	Seringa Desc. 10MI S/Ag C/100	Cxs	240
319	Seringa Desc. 1MI C/Ag C/100	Cxs	300
320	Seringa Desc. 20MI C/Ag C/50	Cxs	240
321	Seringa Desc. 20MI S/Ag C/50	Cxs	240
322	Seringa Desc. 3MI C/Ag C/100	Cxs	300
323	Seringa Desc. 3MI S/Ag C/100	Cxs	300
324	Seringa Desc. 5MI C/Ag C/100	Cxs	300
325	Seringa Desc. 5MI S/Ag C/100	Cxs	300
326	Sonda Aspiração Traqueal N. 06 C/10	Pct	120
327	Sonda Aspiração Traqueal N. 08 C/10	Pct	120
328	Sonda Aspiração Traqueal N. 10C/10	Pct	120
329	Sonda Foley N 10 2Vias C/10	Cxs	60
330	Sonda Foley N 12 2Vias C/10	Cxs	70
331	Sonda Foley N 14 2Vias C/10	Cxs	50
332	Sonda Foley N 16 2Vias C/10	Cxs	40
333	Sonda Foley N 18 2Vias C/10	Cxs	50
334	Sonda Nasogastrica Curta N°04 C/10	Pct	120
335	Sonda Nasogastrica Curta N°06 C/10	Pct	120
336	Sonda Nasogastrica Curta N°08 C/10	Pct	120
337	Sonda Nasogastrica Curta N°10 C/10	Pct	120
338	Sonda Nasogastrica Longa N°16 C/10	Pct	120
339	Sonda Nasogastrica Longa N°20 C/10	Pct	120
340	Sonda Uretral N.10 C/10	Pct	200
341	Sonda Uretral N.12 C/10	Pct	200
342	Sonda Uretral N.14 C/10	Pct	150
343	Sonda Uretral N.6 C/10	Pct	150
344	Sonda Uretral N.8 C/10	Pct	150
345	Termometro Clinico Digital	Und	120
346	Termometro Clinico Prismático	Und	200
347	Tira P/ Glicossimetro C/50	Cxs	120
348	Tubo Latex (Garrote) 15M	Pct	50
349	Vaselina Liquida 1L	Frs	72
350	Vicryl 0.0 C/Ag C/36Und	Cxs	20
351	Vicryl 1.0 C/Ag C/36Und	Cxs	20
352	Vicryl 2,0 C/Ag C/36Und	Cxs	20
353	Vicryl 3,0 C/Ag C/36Und	Cxs	20

Do alinhamento com o Planejamento Anual de Compras

O objeto cuja contratação é pretendida encontra-se em consonância com o Planejamento Anual de Compras do órgão solicitante, mormente considerando sua essencialidade e necessidade à **preservação do interesse público no provimento das Unidades Básicas de Saúde e demais setores de saúde com os medicamentos e insumos hospitalares necessários ao desempenho das atividades de rotina.**



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Dos requisitos da potencial contratação

Considerando a natureza da contratação, é de suma importância esclarecer seus requisitos necessários. Assim, em primeiro lugar, há de se ressaltar que a execução do objeto deverá observar os quantitativos constantes nas ordens de serviço que, por seu turno, são expedidas de acordo com as necessidades da administração.

Será exigido ainda que o objeto obedeça aos padrões mínimos de qualidade estabelecidos pelas normas da ABNT, MERCOSUL, ISO e, ainda, pelos órgãos competentes tais como o INMETRO, ANVISA e outros, sem prejuízo do que dispõe a Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

O contrato firmado deverá ter a sua vigência estabelecida em consonância com o exercício financeiro, sendo automaticamente prorrogado acaso não executado todo o objeto no período. (art. 111 da Lei nº 14.133/21)

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

No afã de alcançar a solução suficiente à contratação, promovemos o levantamento de mercado por meio da análise das alternativas cabíveis e pertinentes ao objeto e, na oportunidade, chegou-se à conclusão de que, por tratar-se de **bens comuns** sua oferta no mercado é ampla, podendo ser contratados uma vez deflagrado o competente procedimento licitatório, do qual será extraída a proposta mais vantajosa.

Desta feita, considerando a última contratação do objeto promovida pela administração, bem como utilizando como parâmetro o levantamento dos quantitativos suficientes à satisfação do interesse público, chega-se ao valor estimado da contratação, vide:

PLANILHA DA ÚLTIMA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FIRMADA PELA ADMINISTRAÇÃO

ATA SRP nº 016/2025

Data: 07.05.2025

C. M. DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS LTDA.

MEDICAMENTOS HOSPITALARES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
3	Adrenalina 1G Inj	Amp	600	1,36	816,00
11	Ampicilina 1G Im/Iv	Amp	2400	4,35	10.440,00
18	Bromoprida Inj 5Mg/MI	Amp	3000	1,90	5.700,00
21	Cefalexina 250Mg/5MI 60MI	Frc	500	9,48	4.740,00
22	Cefalotina Inj. 1G S/Dil.	Amp	2000	3,50	7.000,00
23	Ceftriaxona 1G I.V S/Dil	Amp	2200	5,20	11.440,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

33	Cloridrato De Hidralazina Inj.20Mg/MI	Amp	600	8,25	4.950,00
34	Complexo B Inj. 2MI	Amp	8000	1,05	8.400,00
36	Dexametasona 4Mg Inj.	Amp	8000	1,20	9.600,00
38	Diclofenaco De Sódio 50Mg	Cpd	20000	0,09	1.800,00
40	Dipirona 500Mg/ 2MI Inj	Amp	8000	0,72	5.760,00
41	Dipirona Gts 10MI	fr	2000	1,28	2.560,00
44	Enalapril, Maleato De. 10Mg	Cpd	12.000	0,04	480,00
45	Furosemida 10Mg Inj. 2MI	Amp	4000	0,76	3.040,00
48	Gentamicina 80Mg Inj.	Amp	4000	1,16	4.640,00
53	Hidrocortisona 100Mg. S/Dil.	Amp	2400	3,52	8.448,00
54	Hidrocortisona 500Mg. S/Dil.	Amp	2400	5,67	13.608,00
56	Hioscina Simples Injetavel	Amp	2000	1,20	2.400,00
62	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	Tb	800	7,63	6.104,00
64	Oleo Mineral 100% 100MI	Frc	800	3,10	2.480,00
67	Ondansetrone(Nauseadron) Inj 2Mg/4MI	Amp	1.500	1,45	2.175,00
68	Oxacilina Inj 500Mg	Amp	1500	3,95	5.925,00
69	Oxitocina 5Ui 1MI Inj.	Amp	2000	4,45	8.900,00
71	Paracetamol 750Mg	Cpd	15.000	0,14	2.100,00
73	Penic. G Benz.1.200.000Ui S/Dil Inj	Amp	2400	6,70	16.080,00
74	Penicilina Benz. 600.000Ui Inj	Amp	2000	8,00	16.000,00
76	Prometazina 25Mg 2MI Inj	Amp	2000	3,50	7.000,00
77	Sol. Metronidazol 0,5%	Amp	1440	4,90	7.056,00
79	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	Amp	4000	4,13	16.520,00
80	Soro Fisiológico 0,9% 500MI S.F	Amp	5000	5,28	26.400,00
82	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	Amp	3600	6,00	21.600,00
84	Soro Glicosado 5% 500MI S.F	Amp	3600	6,00	21.600,00
85	Soro Manitol 20% 250Mg S.F	Amp	1600	8,28	13.248,00
86	Soro Ringer C/Lactato 500MI S.F	Amp	2000	6,60	13.200,00
89	Tenoxicam 20Mg	Amp	500	8,11	4.055,00
91	Vitamina C 100Mg/ MI	Amp	8000	1,00	8.000,00
TOTAL					304.265,00

FARMACIA BÁSICA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
96	Acido Ascorbico Cpd	Cpd	20.000	0,18	3.600,00
97	Acido Ascorbico Gotas	Frc	3.000	1,32	3.960,00
105	Anlodipino Besilato 10Mg	Cpd	30.000	0,10	3.000,00
106	Anlodipino Besilato 5Mg	Cpd	30.000	0,03	900,00
110	Azitromicina 500 Mg	Cpd	15000	0,64	9.600,00
116	Cefalexina 500 Mg	Cpd	20.000	0,72	14.400,00
117	Cefalexina Susp. Oral 50 Mg/MI	Frc	1.400	9,30	13.020,00
121	Cloridrato De Ambroxol 15Mg/5MI	Frc	2.200	2,90	6.380,00
122	Cloridrato De Ambroxol 30Mg/5MI	Frc	2.200	3,15	6.930,00
126	Dexcloferinamina Sol. Oral 100 MI	Frc	2.000	2,00	4.000,00
129	Dimeticona Cpd 40Mg	Cpd	10000	0,18	1.800,00
130	Dimeticona Gotas 10MI	Frc	3.000	1,54	4.620,00
132	Dipirona Gotas 10MI	Frs	6000	1,25	7.500,00
133	Enalapril, Maleato De 20 Mg	Cpd	60.000	0,08	4.800,00
134	Enalapril, Maleato De. 10Mg	Cpd	60.000	0,04	2.400,00
139	Hidroclorotiazida 25Mg	cpd	80.000	0,03	2.400,00
140	Hidróxido De Alumínio Susp.	Cpd	2.000	2,35	4.700,00
141	Ibuprofeno 300Mg	Cpd	24.000	0,13	3.120,00
142	Ibuprofeno 50Mg Susp	Frc	2.400	2,43	5.832,00
143	Ibuprofeno 600Mg	Cpd	24.000	0,18	4.320,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

147	Mebendazol Sus. Oral 20Mg/MI 30MI	Frc	2.000	1,75	3.500,00
149	Metformina, Cloridrato 850Mg	Cpd	100.000	0,18	18.000,00
152	Metoclopramida Gts 10MI	Frc	2.400	1,49	3.576,00
154	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	Tb	1.600	7,60	12.160,00
161	Nimesulida Gotas	Fr	3000	1,47	4.410,00
166	Paracetamol 750Mg	Cpd	36.000	0,14	5.040,00
167	Paracetamol Sol. Oral 200Mg/MI	Frc	4.000	1,32	5.280,00
175	Secnidazol 1000Mg	Cpd	4.000	1,08	4.320,00
176	Soro Fisiológico 0,9% 100MI S.F	Amp	1.200	3,73	4.476,00
177	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	Amp	1.800	4,13	7.434,00
180	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	Amp	1800	5,34	9.612,00
181	Soro Glicosado 5% 250 MI S.F	Amp	1200	4,60	5.520,00
182	Soro Glicosado 5% 500 MI S.F	Amp	2400	5,30	12.720,00
184	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400Mg+80Mg	Cpd	30.000	0,17	5.100,00
TOTAL					208.430,00

MATERIAL DE CONSUMO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
189	Abaixador De Lingua C/100	Pct	400	3,96	1.584,00
190	Agua Oxigenada 10V 1000MI	Frs	600	5,74	3.444,00
191	Agua Para Autoclave 5Lts	Gl	120	7,69	922,80
192	Agulha Desc. 13X4,5 C/100	Cxs	300	6,00	1.800,00
194	Agulha Desc. 25X7 C/100	Cxs	400	4,50	1.800,00
195	Agulha Desc. 25X8 C/100	Cxs	400	7,50	3.000,00
196	Agulha Desc. 30X8 C/100	Cxs	300	6,53	1.959,00
197	Agulha Desc. 40X12 C/100	Cxs	300	8,00	2.400,00
199	Agulha Raqui 25G	Und	500	7,50	3.750,00
200	Agulha Raqui 26G	Und	500	8,00	4.000,00
201	Alcool 70% 1000MI	Frs	1.300	5,40	7.020,00
203	Algodão Hidrofilo 500G	Rls	600	15,00	9.000,00
204	Algodão Ortopedico 10Cm C/12	Pct	300	5,35	1.605,00
206	Algodão Ortopedico 15Cm C/12	Pct	300	8,12	2.436,00
207	Algodão Ortopedico 20Cm C/12	Pct	300	10,69	3.207,00
208	Aparelho De Glicossímetro	Und	100	8,00	800,00
209	Aparelho De Pressão C/ Estetoscópio	und	70	84,00	5.880,00
210	Atadura Crepe 10Cm 9F C/12	Pct	600	3,95	2.370,00
211	Atadura Crepe 12Cm 9F C/12	Pct	700	4,75	3.325,00
212	Atadura Crepe 15Cm 9F C/12	Pct	700	8,20	5.740,00
213	Atadura Crepe 20Cm 9F C/12	Pct	600	11,50	6.900,00
214	Atadura Gessada 10Cm X 3M C/20	Cxs	40	48,00	1.920,00
215	Atadura Gessada 15Cm X 3M C/20	Cxs	40	71,00	2.840,00
216	Atadura Gessada 20Cm X 3M C/20	Cxs	40	99,00	3.960,00
219	Campo Operatório 45X50 C/50	Pct	40	48,00	1.920,00
220	Cat Gut Cromado 0.0 C/Ag C/24	Cxs	50	72,10	3.605,00
221	Cat Gut Cromado 1.0 C/Ag C/24	Cxs	60	72,10	4.326,00
226	Cat Gut Simples 2.0 C/Ag C/24	Cxs	36	74,15	2.669,40
227	Cat Gut Simples 3.0 C/Ag C/24	Cxs	36	74,15	2.669,40
230	Cateter Intravenoso 16Ga C/50	Cxs	70	38,00	2.660,00
231	Cateter Intravenoso 18Ga C/50	Cxs	70	32,00	2.240,00
232	Cateter Intravenoso 20Ga C/50	Cxs	70	29,00	2.030,00
233	Cateter Intravenoso 22Ga C/50	Cxs	100	36,00	3.600,00
234	Cateter Intravenoso 24Ga C/50	Cxs	100	42,90	4.290,00
241	Clorexina 0,5% 1Lt	Frs	180	11,50	2.070,00
242	Clorexina 2% 1Lt	Frs	180	17,70	3.186,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

244	Coletor De Material Perfurocortante 20L	Und	400	6,96	2.784,00
245	Coletor Universal 50MI	UND	2.000	0,23	460,00
246	Compressa De Gaze 7,5X7,5 C/500	Pct	1.200	8,47	10.164,00
247	Equipo Macrogotas C/Injetor Lateral	Und	10.000	0,95	9.500,00
249	Equipo Multivias C/Clamp	Und	5.000	0,75	3.750,00
251	Escova Cervical C/100	Pct	150	25,30	3.795,00
252	Escova Para Assepsia	Und	1200	2,25	2.700,00
253	Esparadrapo 10X4,5	Rls	800	8,80	7.040,00
254	Espatula De Ayres C/100	Pct	250	7,87	1.967,50
255	Especulo Vaginal G	Und	3.000	1,11	3.330,00
256	Especulo Vaginal M	Und	4.000	1,00	4.000,00
257	Especulo Vaginal P	Und	4.000	0,98	3.920,00
261	Fita Adesiva Hospitalar 19Mm/50M	Und	700	3,36	2.352,00
262	Fita Adesiva P/ Autoclave	Und	700	3,93	2.751,00
263	Fixador Citologico 100MI	Frs	120	7,59	910,80
271	Gaze Tipo Queijo 9F 91X91 450G	Rls	240	19,19	4.605,60
272	Gel Para Ultrassom 5L	Gl	80	20,00	1.600,00
273	Gorro Tipo Touca C/Elastico C/100	Pct	360	5,59	2.012,40
274	Kit P/ Preventivo Pccu "G"	Und	400	3,27	1.308,00
277	Lamina De Bisturi N.15 C/100	Cxs	40	20,00	800,00
278	Lamina De Bisturi N.22 C/100	Cxs	50	20,00	1.000,00
279	Lamina De Bisturi N.23 C/100	Cxs	60	20,00	1.200,00
280	Lamina De Bisturi N.24 C/100	Cxs	60	21,89	1.313,40
283	Luva Cirurgica 7,0 Esteril	Par	3.000	1,00	3.000,00
284	Luva Cirurgica 7,5 Esteril	Par	4.000	0,80	3.200,00
285	Luva Cirurgica 8,0 Esteril	Par	4.000	1,16	4.640,00
286	Luvas De Procedimento G C/100	Cxs	400	19,00	7.600,00
287	Luvas De Procedimento M C/100	Cxs	600	19,00	11.400,00
288	Luvas De Procedimento P C/100	Cxs	600	19,80	11.880,00
290	Mascara Descartável C/ Elastico C/50	Cxs	400	5,50	2.200,00
292	Micro Lanceta C/100	Cxs	80	10,80	864,00
296	Nylon 2-0 C/Ag C/24	Cxs	80	26,50	2.120,00
297	Nylon 3-0 C/Ag C/24	Cxs	80	26,50	2.120,00
298	Nylon 4-0 C/Ag C/24	Cxs	60	26,50	1.590,00
301	Papel Toalha C/1000	Pct	120	13,20	1.584,00
303	Porta Lamina C/3 (Borel)	Und	3.000	0,62	1.860,00
304	Povidine Degermante 1000MI	Frs	240	43,10	10.344,00
305	Povidine Tópico 1000MI	Frs	240	39,70	9.528,00
309	Sapatilha C/100	pct	100	6,16	616,00
311	Scalp N°21 C/100	Cxs	80	21,89	1.751,20
312	Scalp N°23 C/100	Cxs	200	20,79	4.158,00
313	Scalp N°25 C/100	Cxs	200	20,79	4.158,00
317	Seringa Desc. 10MI C/Ag C/100	Cxs	240	29,00	6.960,00
318	Seringa Desc. 10MI S/Ag C/100	Cxs	240	25,00	6.000,00
319	Seringa Desc. 1MI C/Ag C/100	Cxs	300	16,00	4.800,00
320	Seringa Desc. 20MI C/Ag C/50	Cxs	240	29,80	7.152,00
331	Sonda Foley N 14 2Vias C/10	Cxs	50	21,00	1.050,00
332	Sonda Foley N 16 2Vias C/10	Cxs	40	21,00	840,00
333	Sonda Foley N 18 2Vias C/10	Cxs	50	22,00	1.100,00
340	Sonda Uretral N.10 C/10	Pct	200	6,28	1.256,00
341	Sonda Uretral N.12 C/10	Pct	200	5,39	1.078,00
TOTAL					305.041,50
TOTAL GERAL					817.736,50



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Portanto, ante os aspectos acima levantados, **especialmente os quantitativos estimados para a próxima contratação**, conclui-se que a solução adequada à satisfação do interesse público é a realização de procedimento licitatório para a contratação do objeto.

<i>Soluções</i>	<i>Vantagens (pontos fortes)</i>	<i>Desvantagens (riscos, limitações, problemas)</i>
<i>Realização de Procedimento Licitatório</i>	<i>Obtenção de proposta mais vantajosa</i>	<i>Não se aplica</i>
<i>Custo Estimado</i>	<i>R\$ 1.500.000,00</i>	

IV – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1 - Descrição da solução

Conforme demonstrado acima, promovido o levantamento qualitativo e quantitativo do objeto e, concluindo tratar-se de **bens comuns** cuja oferta no mercado é ampla, indica-se a título de solução (contratação do objeto) a realização de procedimento licitatório, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

2 – Justificativa acerca do parcelamento da contratação

Por seu turno, orienta-se a adoção de contratação **por item** ante a possível divisibilidade do objeto. Assim, restará garantida a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Sobre o tema trazemos à baila o entendimento pacificado pelo E. TCU, vide:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade” (Súmula TCU nº 247). Os itens reunidos em um lote devem guardar alguma relação entre si”. (Denúncia TCE/MG nº 980437/2016)

No tocante a execução contratual, deverá ser observado que a entrega dos materiais será em conformidade com as necessidades da administração, ou seja, de acordo com as quantidades constantes na **“Ordem de Fornecimento”**. Assim, **a execução do objeto ocorrerá de forma**



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

parcelada, definida pela administração segundo suas necessidades, no momento da expedição da respectiva “Ordem de Fornecimento”.

3 - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não existem contratações correlatas ou interdependentes do objeto *sub examinem*.

4 – Resultados pretendidos

O resultado pretendido com a contratação é a preservação do interesse público no provimento das Unidades Básicas de Saúde e demais setores de saúde com os medicamentos e insumos hospitalares necessários ao desempenho das atividades rotineiras.

5 - Providências a serem adotadas

No que tange às providências a serem adotadas urge esclarecer que o contrato de execução do objeto deverá ser executado pelo vencedor do competente procedimento licitatório a partir da data de sua assinatura até o fim do exercício financeiro em curso, sendo automaticamente prorrogado acaso não esgotados seus quantitativos, nos moldes do que preconiza o art. 111 da Lei nº 14.133/21.

A execução do objeto, por sua natureza, não implicará na necessidade de adequações no ambiente físico da administração e tampouco de capacitação de servidores para o seu recebimento posto tratar-se de serviços comuns.

6 - Possíveis impactos ambientais

A Constituição da República assim estabelece em seu art. 225, *in verbis*:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

Nesse contexto, considerando que dentre os pressupostos de regularidade das contratações levadas a efeito pela administração encontram-se as normas e orientações pertinentes à sustentabilidade, é de suma importância estabelecer que o objeto observe rigorosamente em sua fabricação, conforme o caso, as disposições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e ANVISA, conforme o caso.

O objeto cuja contratação é pretendida não enseja qualquer impacto ambiental no



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

município posto que, uma vez exigida as suas certificações junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização de seu processo de fabricação, resguardada está a integridade do meio ambiente municipal.

Tal justificativa guarda consonância com o Parecer nº 00001/2021 CNS/CGU/AGU.

V – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Considerando todo o exposto e fundamentado, conclui-se que, em se tratando de contratação de **bens comuns** cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste ETP e, por consequência, no TR e instrumento convocatório;

Considerando tratar-se de serviços cuja oferta no mercado é ampla e, portanto, deve ser estabelecida disputa entre os interessados em contratar com a administração a fim de permitir a seleção da proposta mais vantajosa e, conseqüentemente, garantir a observância aos princípios da eficiência e economicidade, dentre outros;

Considerando, por fim, que a execução do objeto não gera impacto ambiental ao município;

CONCLUI-SE

pela necessidade de deflagração do competente processo licitatório a fim de que sejam promovidos todos os atos legais voltados à contratação do objeto pretendido, observada rigorosamente a legislação de vigência, em especial a Lei nº 14.133/2021.

Tomadas as providências acima indicadas, resguardado estará o interesse público da contratação.

José Iran Queiroz Madeira
Secretário Municipal de Saúde

APROVO o Estudo Técnico Preliminar nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

TONY BRANDÃO DOS SANTOS SOUSA
Prefeito Municipal



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Administrativo nº 10.015/2026)**

**ANEXO II
MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BURITIRANA (MA) E
A EMPRESA**

O Município de Buritirana (MA), pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.303/0001-22, com sede administrativa na Av. Senador La Rocque s/n, Centro, por seu Prefeito Municipal Sr. **TONY BRANDÃO DOS SANTOS SOUSA**, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 015719532000-2 SSP-MA e do CPF nº 017.449.383-50, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 10.015/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 006/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é o fornecimento eventual e futuro de medicamentos e materiais de consumo hospitalares, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 006/2026**, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNT.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em 31/12/2026, na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ____ (____)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Administração Pública Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de dois dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de cinco dias úteis.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iv. Multa:

1. Moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- i. atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 20% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da cidade de Senador La Rocque (MA), comarca da qual o município de Buritirana (MA) é termo judiciário, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Buritirana (MA), __ de ____ de ____

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF: _____

2 - _____
CPF: _____



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Administrativo nº 10.015/2026)

ANEXO III
(Proposta de Preços)

_____ de ____ de ____

Prezados Senhores,

_____ (empresa), com sede na cidade de _____ à Rua _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e R.G. n.º _____, abaixo assinado propõe à Prefeitura Municipal de Buritirana – MA, através da Secretaria Municipal de Saúde, os preços infra discriminados para ao fornecimento eventual e futuro de medicamentos e materiais de consumo hospitalares, objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 - CPL**:

MEDICAMENTOS HOSPITALARES						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
1	Acido Acetil Salicilico 100 Mg	337678	Cpd	50.000		
2	Acido Tranexamico Inj. 50Mg/5MI	327566	Amp	1000		
3	Adrenalina 1G Inj	435523	Amp	600		
4	Agua P/ Injeção 10MI	315056	Amp	20000		
5	Agua P/ Injeção 5MI	315056	Amp	5000		
6	Albendazol 400 Mg	267506	Cpd	16.000		
7	Albendazol Susp. 10MI	267507	Frc	3.000		
8	Aminofilina 24Mg/MI Inj.	292402	Amp	2000		
9	Amoxicilina 250Mg Susp.	271111	Frs	1200		
10	Amoxicilina 500Mg	271089	Cpd	14.000		
11	Ampicilina 1G Im/Iv	268207	Amp	2400		
12	Ampicilina 500Mg Cps	267515	Cpd	10.000		
13	Atropina 0,25Mg Inj 1MI	268214	Amp	2.000		
14	Azitromicina 500 Mg	267140	Cpd	4000		
15	Azitromicina Susp. 600Mg 15MI	268949	Frc	500		
16	Brometo De Ipratropio Sol. Gts 20MI	268331	Frs	1200		
17	Bromidrato De Fenoterol 20MI Fr	396470	Frs	1200		
18	Bromoprida Inj 5Mg/MI	269956	Amp	3000		
19	Captopril 25Mg	267613	Cpd	16.000		
20	Cefalexina 500 Mg	267625	Cpd	6.000		
21	Cefalexina 250Mg/5MI 60MI	397566	Frc	500		
22	Cefalotina Inj. 1G S/Dil.	460699	Amp	2000		
23	Ceftriaxona 1G I.V S/Dil	442701	Amp	2200		
24	Cetoprofeno Inj. 100Mg Iv	448844	Amp	1.200		
25	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2Mg/MI 100MI	292418	Bl	160		
26	Ciprofloxacino (Cloridrato) 2Mg/MI 200MI	292418	Bl	150		
27	Cloreto De Potassio 10% Inj. 10MI	267161	Amp	5000		
28	Cloreto De Sódio 10% Inj. 10MI	382563	Amp	5000		
29	Cloridrato De Ambroxol 15Mg/5MI	446264	Frc	1.200		
30	Cloridrato De Ambroxol 30Mg/5MI	446263	Frc	1.200		
31	Cloridrato De Dopamina 5Mg/MI	268960	Amp	1500		
32	Cloridrato De Etilefrina 10Mg/MI	272198	Amp	2500		
33	Cloridrato De Hidralazina Inj.20Mg/MI	268115	Amp	600		
34	Complexo B Inj. 2MI	272091	Amp	8000		
35	Dexametasona 2Mg Inj.	300733	Amp	4000		
36	Dexametasona 4Mg Inj.	292427	Amp	8000		
37	Diclofenaco De Potassico 25Mg Inj.	270999	Amp	5000		
38	Diclofenaco De Sódio 50Mg	271000	Cpd	20000		
39	Diclofenaco De Sodio 75Mg Inj.	271003	Amp	8000		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40	Dipirona 500Mg/ 2MI Inj	268252	Amp	8000		
41	Dipirona Gts 10MI	267206	fr	2000		
42	Dramim B6 Inj 50Mg 1MI	272336	Amp	1200		
43	Enalapril, Maleato De 20 Mg	267652	Cpd	12.000		
44	Enalapril, Maleato De. 10Mg	267651	Cpd	12.000		
45	Furosemida 10Mg Inj. 2MI	267666	Amp	4000		
46	Gentamicina 20Mg Inj.	269761	Amp	3000		
47	Gentamicina 40Mg Inj.	268256	Amp	4000		
48	Gentamicina 80Mg Inj.	269759	Amp	4000		
49	Glibenclamida 5Mg	267671	Cpd	10.000		
50	Glicose 25% 10MI	267540	Amp	8000		
51	Glicose 50% 10MI	267541	Amp	8000		
52	Hidroclorotiazida 25Mg	267674	Cpd	10.000		
53	Hidrocortisona 100Mg. S/Dil.	270220	Amp	2400		
54	Hidrocortisona 500Mg. S/Dil.	270219	Amp	2400		
55	Hioscina Composta Injetavel	270621	Amp	5000		
56	Hioscina Simples Injetavel	267282	Amp	2000		
57	Lidocaina 5% Pesada Inj. 2MI	269848	Amp	250		
58	Lidocaina Gel 2%	269846	bsg	1000		
59	Lidocaina Inj. 2% C/V 20MI	269852	Amp	1200		
60	Lidocaina Inj. 2% S/V 20MI	269843	Amp	1200		
61	Metoclopramida 10Mg/2MI Inj	267310	Amp	8000		
62	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	345300	Tb	800		
63	Neocaina 0,5% Pesada Inj.	270095	Amp	600		
64	Oleo Mineral 100% 100MI	269884	Frc	800		
65	Omeprazol 40Mg Inj.	268160	Amp	800		
66	Ondansetrone(Nauseadron) Inj 2Mg/2MI	268504	Amp	1.500		
67	Ondansetrone(Nauseadron) Inj 2Mg/4MI	268507	Amp	1.500		
68	Oxacilina Inj 500Mg	268513	Amp	1500		
69	Oxitocina 5Ui 1MI Inj.	268277	Amp	2000		
70	Paracetamol 500Mg	267778	Cpd	30.000		
71	Paracetamol 750Mg	267779	Cpd	15.000		
72	Paracetamol Sol. Oral 200Mg/MI	267777	Frc	2.400		
73	Penic. G Benz.1.200.000Ui S/Dil Inj	270612	Amp	2400		
74	Penicilina Benz. 600.000Ui Inj	270613	Amp	2000		
75	Phosfoenema 130MI	267328	Frs	480		
76	Prometazina 25Mg 2MI Inj	267769	Amp	2000		
77	Sol. Metronidazol 0,5%	268498	Amp	1440		
78	Soro Fisiológico 0,9% 100MI S.F	452796	Amp	2500		
79	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	452796	Amp	4000		
80	Soro Fisiológico 0,9% 500MI S.F	452796	Amp	5000		
81	Soro Glico-Fisiológico 250MI S.F	366913	Amp	2000		
82	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	366913	Amp	3600		
83	Soro Glicosado 5% 250MI S.F	270092	Amp	2000		
84	Soro Glicosado 5% 500MI S.F	270092	Amp	3600		
85	Soro Manitol 20% 250Mg S.F	299675	Amp	1600		
86	Soro Ringer C/Lactato 500MI S.F	303292	Amp	2000		
87	Soro Ringer Simples 500MI S.F	352192	Amp	2000		
88	Sulfadiazina Prata 1% 400G	272089	Pt	80		
89	Tenoxican 20Mg	268532	Amp	500		
90	Tenoxican 40Mg	268533	Amp	500		
91	Vitamina C 100Mg/ MI	600691	Amp	8000		
92	Vitamina K 10Mg Inj	292399	Amp	1600		
					TOTAL	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FARMACIA BÁSICA						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
93	Acebrofilina Susp Adulto	448839	Frc	500		
94	Acebrofilina Susp Infantil	448838	Frc	500		
95	Acido Acetil Salicilico 100 Mg	337678	Cpd	60.000		
96	Acido Ascorbico Cpd	271691	Cpd	20.000		
97	Acido Ascorbico Gotas	271689	Frc	3.000		
98	Acido Folico 5Mg	267503	Cpd	70.000		
99	Albendazol 400 Mg	267506	Cpd	14.000		
100	Albendazol Susp. 10MI	267507	Frc	3.600		
101	Amoxicilina 250Mg Susp.	271111	Frs	2400		
102	Amoxicilina 500Mg	271089	Cpd	16.000		
103	Ampicilina 500Mg Cps	267515	Cpd	12.000		
104	Ampicilina Susp. 250Mg/5MI	448843	Frc	2.400		
105	Anlodipino Besilato 10Mg	268896	Cpd	30.000		
106	Anlodipino Besilato 5Mg	272434	Cpd	30.000		
107	Atenolol 100Mg	267518	Cpd	36.000		
108	Atenolol 25Mg	267516	Cpd	50.000		
109	Atenolol 50Mg	267517	Cpd	60.000		
110	Azitromicina 500 Mg	267140	Cpd	15000		
111	Azitromicina Susp. 600Mg 15MI	268949	Frc	1.200		
112	Brometo De Ipratropio Sol. Gts 20MI	268331	Frs	1000		
113	Bromidrato De Fenoterol 20MI Fr	396470	Frs	1000		
114	Butilbrom.De Escop + Dipirona Gts	270622	Frc	800		
115	Captopril 25Mg	267613	Cpd	120.000		
116	Cefalexina 500 Mg	267625	Cpd	20.000		
117	Cefalexina Susp. Oral 50 Mg/MI	397566	Frc	1.400		
118	Cetoconazol 200Mg	267151	Cpd	15.000		
119	Cetoconazol Creme 30G	308736	Tb	2.000		
120	Ciprofloxacino, Cloridrato De. 500Mg	267632	Cpd	10.000		
121	Cloridrato De Ambroxol 15Mg/5MI	446264	Frc	2.200		
122	Cloridrato De Ambroxol 30Mg/5MI	446263	Frc	2.200		
123	Cloridrato De Tiamina B1 300Mg	272341	Cpd	24.000		
124	Dexametasona Creme 0,1 % 10G	267643	Bsg	2.400		
125	Dexametasona Susp 120MI	268243	Fr	2.000		
126	Dexcloferinamina Sol. Oral 100 MI	298454	Frc	2.000		
127	Diclofenaco De Potassio 50Mg	270992	Cpd	36.000		
128	Diclofenaco De Sódio 50Mg	271000	Cpd	60.000		
129	Dimeticona Cpd 40Mg	412963	Cpd	10000		
130	Dimeticona Gotas 10MI	412965	Frc	3.000		
131	Dipirona Sódica 500Mg	267203	Cpd	60.000		
132	Dipirona Gotas 10MI	267206	Frs	6000		
133	Enalapril, Maleato De 20 Mg	267652	Cpd	60.000		
134	Enalapril, Maleato De. 10Mg	267651	Cpd	60.000		
135	Eritromicina Susp. 125Mg 60MI	269997	Frc	600		
136	Fluconazol 150Mg	267662	Cpd	10.000		
137	Furosemida 40Mg	267666	Cpd	40.000		
138	Glibenclamida 5Mg	267671	Cpd	120.000		
139	Hidroclorotiazida 25Mg	267674	cpd	80.000		
140	Hidróxido De Alumínio Susp.	433257	Cpd	2.000		
141	Ibuprofeno 300Mg	267677	Cpd	24.000		
142	Ibuprofeno 50Mg Susp	294643	Frc	2.400		
143	Ibuprofeno 600Mg	267676	Cpd	24.000		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

144	Losartana 100Mg	287473	Cpd	24.000		
145	Losartana 50Mg	268856	Cpd	100.000		
146	Mebendazol 100Mg	267692	Cpd	24.000		
147	Mebendazol Sus. Oral 20Mg/MI 30MI	267694	Frc	2.000		
148	Metformina, Cloridrato 500Mg	267690	cpd	35.000		
149	Metformina, Cloridrato 850Mg	267691	Cpd	100.000		
150	Metildopa 250Mg	267689	Cpd	10.000		
151	Metildopa 500Mg	267690	Cpd	10.000		
152	Metoclopramida Gts 10MI	267312	Frc	2.400		
153	Metronidazol 250Mg	267717	Cpd	36.000		
154	Metronidazol Creme Vaginal 5,0 % 60G	345300	Tb	1.600		
155	Miconazol Creme Dermatologico 30G	268286	Tb	1.600		
156	Miconazol, Nitrato, Creme Vaginal 2% 60G	268162	Tb	1200		
157	Neomicina+Bacitracina 0,5% 10G	273167	Tb	2.000		
158	Nifedipina 10Mg Caps	448640	cpd	10000		
159	Nifedipina 20Mg Caps	448641	Cpd	10000		
160	Nimesulida 100Mg	273710	cpd	40000		
161	Nimesulida Gotas	620873	Fr	3000		
162	Nistatina Creme Vaginal 250.000 Ui 50G	430313	Tb	1.200		
163	Nistatina Sus. Oral 100.000Ui/MI 30MI	428028	Frc	1.200		
164	Omeprazol 20Mg	267712	Cpd	36.000		
165	Paracetamol 500Mg	267778	Cpd	60.000		
166	Paracetamol 750Mg	267779	Cpd	36.000		
167	Paracetamol Sol. Oral 200Mg/MI	435044	Frc	4.000		
168	Permetrina Loção 1%	433797	Frc	800		
169	Polivitaminas Susp. 100MI	449104	Frc	2.000		
170	Polivitaminico Comp	449111	Cpd	24.000		
171	Prednisona 20Mg	267743	Cpd	24.000		
172	Prednisona 5Mg	267741	Cpd	24.000		
173	Propranolol, Cloridrato 40Mg	292764	Cpd	60.000		
174	Sais P/ Reidratação Oral Pó P/ Solução Oral	479701	Pct	6.000		
175	Secnidazol 1000Mg	268299	Cpd	4.000		
176	Soro Fisiológico 0,9% 100MI S.F	452796	Amp	1.200		
177	Soro Fisiológico 0,9% 250MI S.F	452796	Amp	1.800		
178	Soro Fisiológico 0,9% 500MI S.F	452796	Amp	3600		
179	Soro Glico-Fisiológico 250MI S.F	366913	Amp	1200		
180	Soro Glico-Fisiológico 500MI S.F	366913	Amp	1800		
181	Soro Glicosado 5% 250 MI S.F	270092	Amp	1200		
182	Soro Glicosado 5% 500 MI S.F	270092	Amp	2400		
183	Sulfadiazina Prata 1% 400G	272089	Pt	80		
184	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400Mg+80Mg	318992	Cpd	30.000		
185	Sulfametoxazol + Trimetoprima Sus.Oral40 Mg+8Mg/MI	308884	Frc	2.400		
186	Sulfato Ferroso 30MI Gts	406799	Frc	2.400		
187	Sulfato Ferroso. 40Mg	292344	Cpd	60.000		
188	Sulfato Ferroso. Susp. 100MI	465155	Frc	2.400		
					TOTAL	

MATERIAL DE CONSUMO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	V. UNT.	V. TOTAL
189	Abaixador De Lingua C/100	629305	Pct	400		
190	Agua Oxigenada 10V 1000MI	277319	Frs	600		
191	Agua Para Autoclave 5Lts	450454	Gl	120		
192	Agulha Desc. 13X4,5 C/100	439812	Cxs	300		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

193	Agulha Desc. 20X5,5 C/100	397505	Cxs	300		
194	Agulha Desc. 25X7 C/100	439807	Cxs	400		
195	Agulha Desc. 25X8 C/100	439804	Cxs	400		
196	Agulha Desc. 30X8 C/100	439805	Cxs	300		
197	Agulha Desc. 40X12 C/100	439805	Cxs	300		
198	Agulha Raqui 23G	439805	Und	300		
199	Agulha Raqui 25G	439805	Und	500		
200	Agulha Raqui 26G	439805	Und	500		
201	Alcool 70% 1000MI	433277	Frs	1.300		
202	Alcool 70% Gel 500G C	269943	Frs	720		
203	Algodão Hidrofilo 500G	628477	Rls	600		
204	Algodão Ortopedico 10Cm C/12	628477	Pct	300		
205	Algodão Ortopedico 12Cm C/12	628477	Pct	300		
206	Algodão Ortopedico 15Cm C/12	628477	Pct	300		
207	Algodão Ortopedico 20Cm C/12	628477	Pct	300		
208	Aparelho De Glicossímetro	609957	Und	100		
209	Aparelho De Pressão C/ Estetoscópio	485445	und	70		
210	Atadura Crepe 10Cm 9F C/12	628396	Pct	600		
211	Atadura Crepe 12Cm 9F C/12	628397	Pct	700		
212	Atadura Crepe 15Cm 9F C/12	628398	Pct	700		
213	Atadura Crepe 20Cm 9F C/12	628399	Pct	600		
214	Atadura Gessada 10Cm X 3M C/20	628323	Cxs	40		
215	Atadura Gessada 15Cm X 3M C/20	628325	Cxs	40		
216	Atadura Gessada 20Cm X 3M C/20	628326	Cxs	40		
217	Bolsa Coletora De Urina 2000MI S.F	432133	Und	600		
218	Bolsa De Colostomia C/10	631878	Pct	100		
219	Campo Operatório 45X50 C/50	623083	Pct	40		
220	Cat Gut Cromado 0.0 C/Ag C/24	602410	Cxs	50		
221	Cat Gut Cromado 1.0 C/Ag C/24	602258	Cxs	60		
222	Cat Gut Cromado 2.0 C/Ag C/24	487034	Cxs	60		
223	Cat Gut Cromado 3.0 C/Ag C/24	487033	Cxs	50		
224	Cat Gut Simples 0.0 C/Ag C/24	615295	Cxs	40		
225	Cat Gut Simples 1.0 C/Ag C/24	604757	Cxs	40		
226	Cat Gut Simples 2.0 C/Ag C/24	486988	Cxs	36		
227	Cat Gut Simples 3.0 C/Ag C/24	486987	Cxs	36		
228	Cat Gut Simples 4.0 C/Ag C/24	486984	Cxs	36		
229	Cateter Intravenoso 14Ga C/50	437181	Cxs	70		
230	Cateter Intravenoso 16Ga C/50	437182	Cxs	70		
231	Cateter Intravenoso 18Ga C/50	438249	Cxs	70		
232	Cateter Intravenoso 20Ga C/50	437184	Cxs	70		
233	Cateter Intravenoso 22Ga C/50	437179	Cxs	100		
234	Cateter Intravenoso 24Ga C/50	437186	Cxs	100		
235	Cateter Oxigênio N°06 C/10	621784	Pct	150		
236	Cateter Oxigênio N°08 C/10	621785	Pct	150		
237	Cateter Oxigênio N°10 C/10	621786	Pct	150		
238	Cateter Oxigênio N°12 C/10	621787	Pct	150		
239	Cateter Tipo Oculos P/ Oxi	621719	Und	1.500		
240	Clamp Umbilical C/100	356520	Pct	50		
241	Clorexina 0,5% 1Lt	446138	Frs	180		
242	Clorexina 2% 1Lt	439478	Frs	180		
243	Coletor De Material Perfurocortante 13L	623121	Und	400		
244	Coletor De Material Perfurocortante 20L	623119	Und	400		
245	Coletor Universal 50MI	473421	UND	2.000		
246	Compressa De Gaze 7,5X7,5 C/500	623257	Pct	1.200		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

247	Equipo Macrogotas C/Injetor Lateral	609453	Und	10.000		
248	Equipo Microgotas Flexível Injetor Lateral	609502	Und	4.000		
249	Equipo Multivias C/Clamp	609816	Und	5.000		
250	Equipo P/Infusão De Sangue	610179	Und	500		
251	Escova Cervical C/100	460913	Pct	150		
252	Escova Para Assepsia	620165	Und	1200		
253	Espadrado 10X4,5	483440	Rls	800		
254	Espatula De Ayres C/100	453693	Pct	250		
255	Especulo Vaginal G	637246	Und	3.000		
256	Especulo Vaginal M	637246	Und	4.000		
257	Especulo Vaginal P	637246	Und	4.000		
258	Fio Algodão 1.0 C/Ag C/24	487629	Cxs	30		
259	Fio Algodão 2.0 C/Ag C/24	487623	Cxs	30		
260	Fio Algodão 3.0 C/Ag C/24	487612	Cxs	30		
261	Fita Adesiva Hospitalar 19Mm/50M	474047	Und	700		
262	Fita Adesiva P/ Autoclave	631804	Und	700		
263	Fixador Citologico 100MI	405632	Frs	120		
264	Fralda Geriátrica G C/8	616018	Pct	400		
265	Fralda Geriátrica Gg C/8	616019	Pct	300		
266	Fralda Geriátrica M C/8	616017	pct	400		
267	Fralda Geriátrica P C/8	616016	Pct	400		
268	Fralda Infantil G C/8	616023	pct	300		
269	Fralda Infantil M C/8	616022	Pct	300		
270	Frasco De Nutrição Enteral 300MI	395538	Und	200		
271	Gaze Tipo Queijo 9F 91X91 450G	627374	Rls	240		
272	Gel Para Ultrassom 5L	475840	Gl	80		
273	Gorro Tipo Touca C/Elastico C/100	428622	Pct	360		
274	Kit P/ Preventivo Pccu "G"	458175	Und	400		
275	Kit P/ Preventivo Pccu "M"	458175	Und	600		
276	Kit P/ Preventivo Pccu "P"	458175	Und	600		
277	Lamina De Bisturi N.15 C/100	412835	Cxs	40		
278	Lamina De Bisturi N.22 C/100	461981	Cxs	50		
279	Lamina De Bisturi N.23 C/100	431884	Cxs	60		
280	Lamina De Bisturi N.24 C/100	413086	Cxs	60		
281	Laminas Ponta Fosca C/50	409646	Cxs	120		
282	Laminas Ponta Lisa C/50	409645	Cxs	120		
283	Luva Cirurgica 7,0 Esteril	620102	Par	3.000		
284	Luva Cirurgica 7,5 Esteril	620103	Par	4.000		
285	Luva Cirurgica 8,0 Esteril	620104	Par	4.000		
286	Luvras De Procedimento G C/100	619859	Cxs	400		
287	Luvras De Procedimento M C/100	619858	Cxs	600		
288	Luvras De Procedimento P C/100	619857	Cxs	600		
289	Luvras De Procedimento Xp C/100	619856	Cxs	400		
290	Mascara Descartável C/ Elastico C/50	483888	Cxs	400		
291	Mascara Descartável N-95 S/Val	485315	Und	1.000		
292	Micro Lanceta C/100	303151	Cxs	80		
293	Micronebulizador Adulto	266430	Und	60		
294	Micronebulizador Infantil	226157	Und	60		
295	Nylon 0-0 C/Ag C/24	604352	Cxs	70		
296	Nylon 2-0 C/Ag C/24	487455	Cxs	80		
297	Nylon 3-0 C/Ag C/24	487448	Cxs	80		
298	Nylon 4-0 C/Ag C/24	487435	Cxs	60		
299	Oleo De Girassol 100MI	470124	Frs	120		
300	Papel Lençol 75X50	481807	Rls	120		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

301	Papel Toalha C/1000	481231	Pct	120		
302	Papel Upp 110S(Ultrassom)	276722	Und	24		
303	Porta Lamina C/3 (Borel)	412639	Und	3.000		
304	Povidine Degermante 1000MI	398705	Frs	240		
305	Povidine Tópico 1000MI	398704	Frs	240		
306	Preservativo Não Lubrificado C/144	377023	Cxs	20		
307	Sabonete Liquido 800MI	604234	Und	100		
308	Saco Coletor Urina Adulto 2Lt C/100	419370	Pct	40		
309	Sapatilha C/100	436859	pct	100		
310	Scalp N°19 C/100	437168	Cxs	80		
311	Scalp N°21 C/100	437173	Cxs	80		
312	Scalp N°23 C/100	437174	Cxs	200		
313	Scalp N°25 C/100	437172	Cxs	200		
314	Scalp N°27 C/100	437343	Cxs	80		
315	Seda Preta 2.0 C/Ag C/24	274379	Cxs	24		
316	Seda Preta 3.0 C/Ag C/24	432287	Cxs	24		
317	Seringa Desc. 10MI C/Ag C/100	439728	Cxs	240		
318	Seringa Desc. 10MI S/Ag C/100	439709	Cxs	240		
319	Seringa Desc. 1MI C/Ag C/100	623732	Cxs	300		
320	Seringa Desc. 20MI C/Ag C/50	457844	Cxs	240		
321	Seringa Desc. 20MI S/Ag C/50	455596	Cxs	240		
322	Seringa Desc. 3MI C/Ag C/100	440373	Cxs	300		
323	Seringa Desc. 3MI S/Ag C/100	440371	Cxs	300		
324	Seringa Desc. 5MI C/Ag C/100	439726	Cxs	300		
325	Seringa Desc. 5MI S/Ag C/100	439701	Cxs	300		
326	Sonda Aspiração Traqueal N. 06 C/10	454401	Pct	120		
327	Sonda Aspiração Traqueal N. 08 C/10	605736	Pct	120		
328	Sonda Aspiração Traqueal N. 10C/10	454404	Pct	120		
329	Sonda Foley N 10 2Vias C/10	604746	Cxs	60		
330	Sonda Foley N 12 2Vias C/10	464227	Cxs	70		
331	Sonda Foley N 14 2Vias C/10	464226	Cxs	50		
332	Sonda Foley N 16 2Vias C/10	464225	Cxs	40		
333	Sonda Foley N 18 2Vias C/10	464224	Cxs	50		
334	Sonda Nasogastrica Curta N°04 C/10	435905	Pct	120		
335	Sonda Nasogastrica Curta N°06 C/10	435903	Pct	120		
336	Sonda Nasogastrica Curta N°08 C/10	435904	Pct	120		
337	Sonda Nasogastrica Curta N°10 C/10	438396	Pct	120		
338	Sonda Nasogastrica Longa N°16 C/10	438399	Pct	120		
339	Sonda Nasogastrica Longa N°20 C/10	438951	Pct	120		
340	Sonda Uretral N.10 C/10	438412	Pct	200		
341	Sonda Uretral N.12 C/10	451563	Pct	200		
342	Sonda Uretral N.14 C/10	438410	Pct	150		
343	Sonda Uretral N.6 C/10	618921	Pct	150		
344	Sonda Uretral N.8 C/10	438409	Pct	150		
345	Termometro Clinico Digital	623736	Und	120		
346	Termometro Clinico Prismático	474168	Und	200		
347	Tira P/ Glicossimetro C/50	619256	Cxs	120		
348	Tubo Latex (Garrote) 15M	445581	Pct	50		
349	Vaselina Liquida 1L	618941	Frs	72		
350	Vicryl 0.0 C/Ag C/36Und	618876	Cxs	20		
351	Vicryl 1.0 C/Ag C/36Und	604833	Cxs	20		
352	Vicryl 2,0 C/Ag C/36Und	620288	Cxs	20		
353	Vicryl 3,0 C/Ag C/36Und	623003	Cxs	20		
					TOTAL	



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	TOTAL GERAL	
--	-------------	--

OBS: A descrição mínima do objeto deverá observar a especificação constante no termo de referência e planilha acima, que prevalecerão sobre a identificação CATMAT

- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura;
- b) O objeto deverá ser executado imediatamente, a partir do recebimento da “**Ordem de Fornecimento**” expedida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- c) O valor total da proposta é de R\$ ____ (_____)

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
(Processo Administrativo nº 10.015/2026)

ANEXO IV
(Minuta Ata SRP)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL**, instituída por Lei Municipal, com sede e foro na cidade de Buritirana - MA na Av. Senador La Rocque s/n, Centro, neste ato representada por seu **Pregoeiro, Sr. Murilo Santos Nogueira**, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da cédula de identidade nº 029610402005-0 SSP-MA e do CPF nº 030.671.913-40, nomeado por meio da Portaria nº 023/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2026, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de ____/____/2026, processo administrativo nº 10.015/2026, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos e materiais de consumo hospitalares**, especificado(s) no(s) item(ns) **1** do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 006/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	OBJETO	UND	QTD	P. UNIT	P. TOT
1					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Comissão Permanente de Licitações.

3.2. Os órgãos participantes da presente ata são: **Secretaria Municipal de Saúde**.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL**.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Buritirana (MA) ____ de ____ de ____

Murilo Santos Nogueira
Pregoeiro
Órgão Gerenciador

Empresa
Representante Legal